

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

"A NATUREZA EFECTIVA DA INTEGRAÇÃO DE CABO VERDE
NA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA
OCIDENTAL (CEDEAO)"

ALMERINDA SEQUEIRA DE PINA

Orientação: Professor Doutor Mário Guilherme Gomez Olivares

Júri:

Presidente: Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira,
professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da
Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutora Cristina Montalvão Sarmento, professora auxiliar da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de
Lisboa;

Doutor Mário Guilherme Gomez Olivares, professor auxiliar do Instituto
Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Junho/2010

Emprestado de Ghézo, um antigo rei do Dahomey (Benim), esta imagem encarna ao mesmo tempo a força da união e a necessidade da solidariedade: "Se cada um viesse tapar, com os seus dedos, um buraco do jarro perfurado, a água não escorreria mais".



O Jarro Perfurado
(Retirado de OCDE/CSAO/CEDEAO 2009)

ACRÓNIMOS

ACP: África Caribe e Pacífico
AOSIS: Alliance of Small Island States
APD: Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARC: Acordos de Comércio Regional
BAD: Banco Africano do Desenvolvimento
BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAE: Comunidade da África do Este
ACP: Acordo de Comércio Preferencial
CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEA: Comunidade Económica Africana
CEI: Comunidade dos Estados Independentes
CEEAC: Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC: Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEN-SAD: Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos
CEPGL: Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos
CILLS: Comité Inter-Estado para Luta contra Desertificação
COMESA: Mercado Comum para África Oriental e Austral
COI: Comissão do Oceano Índico
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGA: Direcção Geral das Alfândegas de Cabo Verde
ECOMOG: West African Monitoring Group
IDE: Investimento Directo Estrangeiro
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IGAD: Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
INE: Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde
MC: Mercado Comum
MNA: Movimento dos Não Alinhados
MNE: Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde
NAFTA: North American Free Trade Agreement
NATO: Organização do Tratado Atlântico Norte
NEPAD: Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ODM: Objectivo do Desenvolvimento do Milénio

OMC: Organização Mundial do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
OUA: Organização da Unidade Africana
PAICV: Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDC: Partido Democrático Cristão
PDM: País de Desenvolvimento Médio
PIB: Produto Interno Bruto
PMA: Países Menos Avançados
PMD: Movimento para Democracia
PNB: Produto Nacional Bruto
PND: Plano Nacional de Desenvolvimento
PRD: Partido da Renovação Democrática
PSD: Partido Social Democrática
PTS: Partido do Trabalho e da Solidariedade
PVD: Países em Vias de Desenvolvimento
SACU: União Aduaneira da África Austral
SADC: Comunidade do Desenvolvimento da África Austral
TEC: Taxa Externa Comum
UA: União Africana
UCID: União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UE: União Europeia
UEM: União Económica e Monetária
UEMOA: União Económica e Monetária da África Ocidental
UMA: União do Magrebe Árabe
URM: União do Rio Mano
ZCL: Zona de Comércio Livre
ZMAO: Zona Monetária da África Ocidental

RESUMO

Este estudo discute a questão da Integração Económica Regional enquanto maior desafio para o desenvolvimento do continente Africano neste início do século XXI e a forma mais competitiva de participar da Globalização. Pretende-se demonstrar até que ponto, a Integração Regional constitui um processo com contornos essencialmente políticos, para além de económicos, ilustrando com o caso da inserção de Cabo Verde na CEDEAO, tentar perceber a natureza efectiva e utilidade da pertença do país à sub-região; averiguar se se trata de uma vantagem em termos económicos, ou de uma vantagem estratégica e de segurança do país; mediante uma pesquisa baseada em colecta de dados e documentações e um conjunto de entrevistas semi-estruturadas a alguns dirigentes e personalidades governamentais cabo-verdianos, de acordo com a natureza das suas funções e o tipo de informação a recolher.

Foi com este objectivo em mente, que primeiro se pretendeu estabelecer o quadro teórico de referência e depois a contextualização, com base na experiência cabo-verdiana das questões abordadas na literatura relevante.

Este trabalho possibilitou concluir por um lado, que a integração regional constitui um fenómeno com contornos essencialmente políticos, na medida em que, o próprio conceito de integração regional, sublinha a existência de uma vontade política explícita e no caso africano, a não existência desta vontade por parte dos Estados em efectivar o processo de integração, justifica em grande parte os atrasos no cômputo dos processos de integração na região.

Por outro, a adesão de Cabo Verde à CEDEAO traz logicamente tantas vantagens como desvantagens para o país, mas os ganhos económicos ao fim de mais trinta anos de adesão não são tão significativos quanto parecem ser, pelo menos a nível das transacções comerciais, já que integração significa que fossem identificadas "nichos" de mercados para o intercâmbio de bens e serviços. Neste domínio, os dados concretos apontaram para resultados marginais, quando a participação da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde não ultrapassou 1% nos últimos anos e sem perspectivas encorajadoras, afirmando assim as nossas duas hipóteses iniciais.

Palavras-chave: Integração Regional; Desenvolvimento; Globalização; Cabo Verde; CEDEAO;

ABSTRACT

This study addresses the issue of Regional Economic Integration as a major challenge for the development of the African continent at the beginning of the 21th century and the most competitive way to join globalization. We intend to demonstrate to what extent Regional Integration process is an essentially political contours, as well as economic, illustrating with the case of Cape Verde inclusion into ECOWAS, try to understand the actual nature and usefulness of the country belongs to sub-region, whether it is an advantage in economic terms, or a advantage and security strategic of the country, through a research-based on data collection and documentation and a set of semi-structured interviews of some Cape Verde leaders and government figures, according to the nature of their duties and the type of information to be collected.

It was with this aim in mind, which first was intended to establish the reference's theoretical framework and them the contextualization, based on Cape Verdean experience on issues in relevant literature.

This work led us to conclude first, that Regional Integration is more a phenomenon with essentially political contoured, in that, the very concept of Regional Integration, underlines the existence of clear political will and, in the African case, the lack of will by States in effect to the integration process is justified in large part to delays in the computation of the integration process in the region.

On the other hand, the cape Verde accession in ECOWAS logically brings many advantages and disadvantages for the country, but the economic gains after over third years of membership are not as significant as they seem to be at least at the level of commercial transactions, as integration means that were identified "niches" markets for the exchange of goods and services. In this area, the actual data pointed to marginal results, when the participation of ECOWAS in foreign trade in Cape Verde has not exceed 1% in recent years and no encouraging prospects, thereby confirming our two initial hypotheses.

Keywords: Regional Integration, Development, Globalization, Cape Verde, ECOWAS

ÍNDICE

ACRÓNIMOS.....	3
RESUMO	5
ABSTRACT	6
ÍNDICE GERAL.....	7
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	9
AGRADECIMENTOS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	14
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL	14
1.1. A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL.....	14
1.1.1. OS VÁRIOS CONCEITOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA: GENÉRICO, ECONÓMICO E CLÁSSICO	14
1.1.2. O DEBATE POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL - ASPECTOS RECENTES.....	15
1.1.3. OS NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL.....	17
1.2. MOTIVAÇÕES <i>versus</i> VANTAGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	20
1.2.1. REGIONALIZAÇÃO <i>versus</i> GLOBALIZAÇÃO	21
CAPÍTULO II.....	23
2. O FENÓMENO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA.....	23
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DE ÁFRICA.....	23
2.2. GÉNESE E EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL AFRICANA.....	27
2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA E NATUREZA DOS AGRUPAMENTOS REGIONAIS.....	29
2. 4. A CRIAÇÃO DA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA AFRICA OCIDENTAL.....	32
2.4.1. PERFIL DOS ESTADOS MEMBROS	32
2.4.2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CEDEAO.....	33
2.4.3. CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E COMERCIAL DO ESPAÇO CEDEAO	34
2.5. OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS.....	36
2.5.1. A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO TERRENO	37
2.5.2. A PAZ E A SEGURANÇA REGIONAL	39
Capítulo III	41
3. A NATUREZA EFECTIVA DA INTEGRAÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO ..	41
3.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DE CABO VERDE.....	41

3.1.1. CONTEXTO POLÍTICO: A DEMOCRACIA EM CABO VERDE	42
3.1.2. INTEGRAÇÃO REGIONAL: ELEMENTO CONSTITUTIVO DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE	44
3.2. QUADRO MACROECONÓMICO GLOBAL	46
3.2.1. COMÉRCIO EXTERNO.....	49
3.2.2. A PARTICIPAÇÃO DA CEDEAO NO COMÉRCIO EXTERNO DE CABO VERDE	53
CAPÍTULO IV	56
4. O PROCESSO DE ADESÃO DE CABO VERDE À CEDEAO	56
4.1. ASSINATURA DO TRATADO	56
4.1.1. MOTIVAÇÕES E CONDIÇÕES DA ADESÃO.....	56
4.2. DOCUMENTOS ASSINADOS	59
4.3. VANTAGENS DA ADESÃO	59
4.4. DESVANTAGENS DA ADESÃO	61
CONCLUSÕES.....	63
BIBLIOGRAFIA.....	69
ANEXOS.....	73
ANEXO 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	74
ANEXO 2 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	75
ANEXO 3 - EXPORTAÇÕES INTRA-REGIONAIS COMO PROPORÇÃO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS, 1960-2006.....	79
ANEXO 4 - O ESPAÇO CEDEAO	80
ANEXO 5 - A CENTRALIDADE ATLÂNTICA DE CABO VERDE	81
ANEXO 6 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DE CABO VERDE 2001-2008 (UNIDADE MIL CONTOS).....	82
ANEXO 7 - ARTIGO 68: ESTADOS MEMBROS INSULARES E SEM LITORAL	83
ANEXO 8 - TRATADO DE ABUJA.....	84

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Participação da África nos Fluxos de IDE, PIB e Exportações Mundiais 1980-2006 (%).....	26
Figura 2 - Comunidades Económicas Regionais no Continente Africano: "Spaghetti Bowl"	31

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Repartição do PIB por Sector de Actividade em 2007 (%).....	48
Gráfico 2 - Evolução da Estrutura das Exportações dos Principais Bens (%) 2007-2008	50
Gráfico 3 - Peso dos dez Principais Produtos Importados em 2007 e 2008 (%).....	53
Gráfico 4 - Evolução da Participação da CEDEAO nas Importações de Cabo Verde em % (2000-2007)	54
Gráfico 5 - Evolução da Participação da CEDEAO nas Exportações de Cabo Verde em % (2000-2007)	55

QUADROS

Quadro 1 - Os Níveis de Integração Económica Regional e as suas Características.	19
Quadro 2 - Importação e Exportação Intra-regional como Proporção do Comércio total 2004/2006 (médias em %)	25
Quadro 3 - Exportação Intra-regional como % da Exportação total 1960/62 e 2004/2006)	25
Quadro 4 - Indicadores Básicos dos Países da CEDEAO (2008).....	33
Quadro 5 - Comércio Intra-africano por Blocos Económicos (% 2007).....	36
Quadro 6 - Evolução das Remessas dos Emigrantes em % do PIB.....	48
Quadro 7 - Evolução do Comércio Externo de Cabo Verde (2001-2008)	49
Quadro 8 - Exportações de Mercadorias por Zonas Económicas e Principais Países de Destino (2007 e 2008)	51
Quadro 9 - Importações de Mercadorias por Zonas Económicas e Principais Países de Origem (2007 e 2008)	52

AGRADECIMENTOS

No final acabámos por perceber que o trabalho não é apenas fruto dum esforço individual, mas sim da convergência de uma imensa rede de colaboração, a quem devo profundo agradecimento.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida e pela forma como me tem guiado.

Agradeço também de uma forma especial ao Prof. Doutor Mário Olivares pela dedicação e pelo rigor académico com que conduziu o esplêndido trabalho de orientação.

Agradeço aos meus conterrâneos, Doutores André C. Tolentino (Coordenador do Projecto do Instituto da África Ocidental); Gilberto Alves (Secretário Executivo da Comissão Nacional de Luta contra as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre); Agostinho Lopes (Líder da Bancada Parlamentar do MpD); José L. Livramento (Membro das Comissões Permanentes e Política do MpD) pela contribuição dada, respondendo às entrevistas.

Aos Senhores Marino Andrade (Director Geral das Alfândegas de Cabo Verde), Antero Veiga (Gabinete do Presidente da República) e a todos aqueles que no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde, contribuíram duma forma directa ou indirecta, com bibliografia, sem a qual o trabalho seria de difícil realização.

A todos os professores que connosco partilharam seu vasto saber; aos colegas de mestrado pelo espírito de convivência e encorajamento.

Ao meu pai, à minha mãe, aos meus irmãos e minhas irmãs, um muito obrigada pelo amor e apoio moral que nunca deixaram de me dispensar em todos os momentos da minha vida.

Dedico este trabalho aos meus pais e meus irmãos com todo o meu amor!

INTRODUÇÃO

A integração económica dos países em blocos regionais é na opinião de muitos a condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento do continente africano neste limiar do século XXI e a forma mais competitiva de participar da Globalização (Torres, 1997). Perante a pequena dimensão dos mercados, a fraca produção e o baixo índice de comércio que se regista na região, a integração em blocos regionais iria potenciar a criação de economias de escala, possibilitando o desenvolvimento dos países em si e da área de integração.

Porém, conforme indica Torres (1999), a realidade dos factos mostra-nos que no caso da África Subsariana em particular, os vários agrupamentos de países encontram-se em estádios diferentes de integração, mas de modo geral a experiência neste domínio não regista resultados animadores. Os objectivos iniciais não foram de todo alcançados, devido à existência de obstáculos, não só de natureza económica, mas também, de uma série de factores de cariz não económicos, o que nos fez levantar à partida, a hipótese **(H1)** de a integração não constituir um fenómeno exclusivamente económico, mas também com contornos políticos.

A integração regional, enquanto processo em que um grupo de Estados partilha interesses e valores comuns, procedem à integração, dispondo de certo grau de suas soberanias nacionais a um ente efectivo supranacional, que regule os interesses do grupo, (como a União Europeia, por exemplo). Este processo vai implicar por um lado a criação de órgãos e por outro, a criação de normas que regulem os seus funcionamentos. Nesse caso, requer também a criação de Direito comunitário ou de integração que por sua vez pode exigir certa adequação ao Direito nacional dos Estados membros. Esta transferência de soberania a instituições internacionais constitui ponto fundamental da integração e resulta de um processo político inevitável nas Relações Internacionais do Mundo actual.

Se para todos os PVD a integração regional representa uma alternativa para o desenvolvimento, para Cabo Verde é mais do que isso. Arquipélago de origem vulcânica, formado por dez ilhas dispersas entre si, a integração representa a oportunidade de tirar o país do isolamento e de facilitar a sua inserção na economia internacional, fazendo face aos desafios da Globalização. Desafios esses que vão além da necessidade de participação das economias no mercado global. A questão securitária, revela ser também, um dos grandes desafios dos pequenos Estados nesta era da globalização, principalmente quando se trata de um arquipélago, isolado,

desprovido de recursos naturais e com condições adversas como é o caso de Cabo Verde. Devido a própria situação geográfica do país, na encruzilhada dos três continentes, como uma porta aberta ao Atlântico, o que lhe confere grande prestígio internacional, partimos para um segundo pressuposto **(H2)** que consiste na vantagem da inserção de Cabo Verde na CEDEAO se tratar de uma vantagem que não é de todo económica, mas sim estratégica e de segurança, como afirma o próprio Primeiro-ministro, José M. Neves.¹

O fraco desempenho do processo na região tem que ver com a existência de disparidades nas economias nacionais, crises e golpes de Estados frequentes, mas certamente, também com a pouca vontade política dos governos desses países. Desta forma, a superveniência do fenómeno da integração gera não apenas desdobramentos económicos, mas também políticos, jurídicos e socioculturais, indissociavelmente ligados pela crescente implantação de blocos económicos regionais.

A escolha do tema deve-se a duas ordens de motivações: Se por um lado trata-se de um tema bastante actual e alvo de constante debate na agenda política nacional e internacional, o que justifica em parte o acrescido interesse sobre o tema e escolha desta abordagem. Por outro, o trabalho surge da necessidade de preencher uma lacuna: até o momento, a existência de pouquíssimos estudos e bibliografias sobre a natureza da integração de Cabo Verde na CEDEAO, o que constitui um factor de preocupação. O objectivo aqui é fazer um estudo que vai além dos aspectos económicos, quando se fala de integração.

A finalidade desta investigação é perceber o fenómeno da integração regional enquanto um processo político - jurídico, analisar o processo de inserção de Cabo Verde na CEDEAO e tentar perceber qual a natureza efectiva e utilidade da pertença do país à sub-região, mediante uma análise histórica ao processo de adesão.

A metodologia do trabalho assenta no exame de bibliografia que aborda e problematiza as questões relacionadas com o fenómeno da integração regional e do desenvolvimento, com a preocupação de inserir África Ocidental e particularmente, Cabo Verde no contexto. Decidimos realizar uma pesquisa de campo, com base em duas acções: a) colecta de dados e documentação em instituições oficiais cabo-verdianas, nomeadamente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a Direcção Geral das Alfândegas (DGA), o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), etc.; b) um conjunto de entrevistas semi-estruturadas a dirigentes e personalidades governamentais de acordo com a natureza das suas funções e da informação a

¹ Em entrevista ao jornal Expresso das ilhas, a 17/12/2008, aquando do seu regresso da 35ª Cimeira dos Chefes do Estado e de Governos dos países da CEDEAO.

recolher. Portanto, a natureza desta investigação é essencialmente, qualitativa, pois procedemos a uma análise documental, descritiva e aplicada.

Para o melhor enquadramento das questões dividimos a dissertação em quatro capítulos, para além de incluir a presente introdução, a bibliografia, conclusão e anexos. No Capítulo 1- Enquadramento Teórico Conceptual, pretendemos fazer um enquadramento teórico e levantamento da literatura relevante para a elaboração deste trabalho. Abordamos a problemática da Integração Regional de uma forma geral, os conceitos, os níveis e as motivações do processo; No Capítulo 2- O Fenómeno da Integração Regional em África, procuramos analisar de uma maneira geral os agrupamentos de integração em África, analisando a sua evolução, dificuldades e perspectivas de realização; No Capítulo 3- Estudo de Caso: A Natureza Efectiva da Integração de Cabo Verde na CEDEAO, pretende-se discutir com base na experiência cabo-verdiana, as questões abordadas na literatura, que servem de suporte para a construção deste trabalho. Fizemos uma caracterização geral do país, desde o contexto social, político e macroeconómico global, neste último, analisando o quadro do comércio externo do país com as várias zonas económicas; O Capítulo 4, é dedicado ao objecto central da investigação, onde se analisa o processo histórico de adesão de Cabo Verde à CEDEAO, no sentido de perceber a natureza e vantagem da mesma integração; para com base na nossa investigação, responder às hipóteses de partida e apresentar conclusões.

CAPÍTULO I

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

1.1. A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL

As problemáticas do desenvolvimento e da integração regional estão intrinsecamente ligados. Esta última surge na sequência da procura de uma solução à problemática de desenvolvimento dos novos Estados independentes, nascidos da descolonização efectuada pelas potências europeias. Assumiram uma dimensão global e desenvolveu-se expectativas de cooperação e posteriormente de integração.

Desde então, os objectivos de relançamento das economias passaram a assentar em critérios de eficiência económica, consagrando a oportunidade da criação de grandes espaços associados ao reforço da soberania e da capacidade de diálogo e de negociação internacional. Assistiu-se assim, ao início do chamado diálogo Norte/Sul, começando pela Europa, que em essência buscam novas organizações produtivas e uma aceleração do crescimento económico, na convicção de que novos espaços respondem aos problemas concretos sentidos pelas populações (Medeiros, 2008).

A integração constitui um fenómeno comum no mundo, neste início do século. Quase todas as grandes economias mundiais encontram-se, de alguma forma, envolvidas em processos de integração económica. Desde os Estados Unidos (NAFTA), passando pela Europa (UE), América Latina (Pacto Andino e Mercosul), Ásia (CEI) e África (CEDEAO).

O fenómeno da integração económica internacional realiza-se através de uma organização internacional com finalidade de cooperação económica, de orientação supra governamental, limitada a um determinado território, coincidente com aquele de seus Estados membros (o que se denomina de “regionalismo” ou “regionalismo aberto”, variante através do qual se tem verificado um aumento em número, em adesão de novos membros e em conteúdos, os processos de integração, na última década do século XX (Medeiros, 2008).

1.1.1. OS VÁRIOS CONCEITOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA: GENÉRICO, ECONÓMICO E CLÁSSICO

O primeiro pensamento que nos salta quando nos falamos de “integração” é a simples noção de união de diversas partes em um todo. O processo de integração económica, nesta perspectiva simplista e fazendo empréstimo a um exemplo prático, dado por More (1998) pode ser comparado mais a um “mosaico”, que à distância faz

desaparecer as imperfeições das justaposições das partes que o compõe, e menos, a um “quebra-cabeças”, onde a necessidade de perfeição dos encaixes é imprescindível para o resultado do jogo. Integrando-se peças, interesses, regulamentos, tem-se o desenho mosaico que tão bem caracteriza os processos de integração económica internacional.

O conceito da integração económica varia de acordo com o enfoque acentuado pelos diversos autores. Bela Balassa separa a integração como processo e como situação. Como processo será o conjunto de medidas tendentes a abolir a discriminação e barreiras existentes entre os países envolvidos. Como situação, a integração corresponde a ausência de formas diversificadas de discriminação entre as economias nacionais dos países membros; Haberler, por sua vez, conceitua a integração através das relações estreitas entre certas áreas. O autor aplica um conceito muito amplo baseado no modelo clássico de concorrência perfeita; Mirdal enuncia a integração como um processo socioeconómico capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre os participantes na actividade económica, não estabelecendo qualquer distinção entre integração nacional e internacional; Peter Robson diz que o conceito geral de integração económica está essencialmente ligado a eficiência do uso de recursos, com particular referência ao processo espacial, incluindo como conteúdo, a liberdade de circulação de bens, de factores de produção e ausência de discriminação.²

Explanados alguns conceitos, e como primeira aproximação conceptual, pode dizer-se que a integração significa a abolição de entraves em movimentos de mercadorias, pessoas e capitais, alargando a situação da oferta e da procura, num novo espaço físico e económico (do somatório dos países integrados), como resultado de uma política comum, visando a eliminação das barreiras. Portanto, realça-se aqui, a passagem do mercado doméstico para o mercado da área global economicamente integrada.

Finalmente, no esforço de uma conceituação jurídica do fenómeno, integração significa a harmonização ou a uniformização dos sistemas legais internos dos Estados, viabilizando a integração política e económica.

1.1.2. O DEBATE POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL - ASPECTOS RECENTES

Segundo Bach (1999), o aspecto político constitui um dos grandes debates da integração regional na actualidade, apesar de ser pouco explorado no contexto

² Os conceitos destes quatro autores foram obtidos a partir de Medeiros (2008).

africano. Por norma, os dirigentes se preocupam exclusivamente com a eficácia da integração em termos económicos. Todavia, a integração é muitas vezes influenciada por aspectos políticos e por outros não meramente económicos. Isto é claramente aplicável à formação da Comunidade Europeia, que aliás, partiu de um propósito político duplo: mercado comum (carvão e aço) por um lado, e NATO por outro, mas que hoje é um exemplo de sucesso no campo da integração.

A questão religiosa, a diversidade cultural, o tráfico de drogas, a livre circulação de pessoas e principalmente, a questão securitária, constituem questões bastante polémicas no âmbito do debate sobre o sucesso ou não da integração regional.

Com base na concepção dada por Correia (2005)³ a integração regional é um processo voluntário, que depende da vontade política dos Estados em criar regiões económicas mais alargadas, através da remoção dos obstáculos artificiais e tendo por objectivo último a promoção do desenvolvimento dos Estados participantes. Podemos aqui realçar, o exemplo pouco feliz da integração no caso africano, onde o malogro do processo de integração é, em grande parte, e na opinião de muitos, justificado pela falta de vontade política dos Estados e pela instabilidade de regimes políticos. Portanto, há que haver uma vontade expressa por parte dos dirigentes políticos em efectivar o processo de integração.

A integração económica, quando decorre com sucesso, pode ter importantes consequências políticas, como ajudar a estabilizar regimes políticos, diminuir as discrepâncias inter-Estados e assegurar a paz e a segurança regional. As probabilidades para o sucesso da integração aumentam, quando os benefícios económicos e políticos se completam entre si. No caso africano, isto nem sempre se verifica, e a crise naquele continente é apontada como uma crise essencialmente política, pois, o factor político condiciona, e de que modo, o desenvolvimento político e a integração para o desenvolvimento (Venâncio, 1997).

Um outro aspecto de extrema relevância no âmbito do actual debate sobre a integração é a que diz respeito às regras e à denominada boa governação. O sucesso de uma integração requer que as decisões tomadas pelo grupo sejam implementadas de modo transparente, pelos diferentes Estados membros. O que não tem acontecido no caso africano e da sub-região oeste africana em particular, devido a motivos de ordem económica, como o cálculo custo-benefício, mas também de ordem política como as divergências ideológicas, o próprio factor nacionalismo que tem a ver com a diversidade de grupos étnicos em África e em última análise, devido àquilo que podemos chamar de "interesses ocultos" (Hiemens, 1990).

³ Carla Correia, mencionada por Trindade, 2006, p.33.

No âmbito deste debate político, o fenómeno da integração económica é estruturalmente vista, como uma iniciativa estatal, um resultado do dirigismo do Estado que organiza a actividade económica através de medidas administrativas e legislativas. Parte, portanto, do princípio de que as forças de mercado não são suficientemente fortes para se autos – regularem, exigindo pois, a intervenção do poder político.

No plano de Jure/Direito, a regionalização pode tomar a forma de zonas de comércio livre, uniões aduaneiras ou outro qualquer acordo de comércio preferencial mais complexo. Mas na base da institucionalização deste processo, estão forças políticas com referencial aos poderes do Estado, que buscam diminuir as diferenças e os obstáculos intra-regionais para livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. Portanto, o enfoque jurídico funda-se na formatação de um fenómeno político-económico, com o fito de tornar mais competitivo o respectivo espaço económico.

No plano fáctico, a regionalização deriva das mesmas forças micro económicas que impulsionam a globalização (onde o objectivo é impelir a área na via do crescimento, estimulando os investimentos e as trocas com países terceiros). Contudo, o fenómeno da regionalização, envolvendo uma política essencialmente estatal, só se realiza através da iniciativa do próprio Estado, donde seu carácter macroeconómico.

Tratando-se de um fenómeno centrípeto, e sem dúvida, de carácter político, a regionalização visa reforçar a colectividade e a soberania dos Estados participantes face ao resto do mundo.

Em resumo, regionalização pode ser definida numa óptica económica, como um conjunto de medidas tomadas pelo Estado para diminuir, os obstáculos às trocas, aos investimentos, aos fluxos de capitais e aos movimentos de factores entre os grupos de países envolvidos. Numa perspectiva jurídica, é o fenómeno resultante da composição dos interesses económicos, através de acordos internacionais, que visam delimitar e fixar positivamente os objectivos e os meios de realização destes.

1.1.3. OS NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL

Qualquer processo de integração económica pode apresentar-se em diferentes estádios e são escolhidos em função dos objectivos que, à partida, animam os países que desejam um acordo que ponha em funcionamento, unificando as respectivas economias. De acordo com o grau de profundidade pretendido, a integração pode ir desde a simples redução ou eliminação das tarifas de comércio intra-regional a áreas mais formais da cooperação como a de livre movimentação de pessoas e de capitais ou de políticas macro económicas e sectoriais até a adopção de uma moeda única. Cada uma das etapas depende fortemente dos compromissos dos participantes e

requer alto nível de coordenação das políticas e até alguma transferência de soberania dos países para instituições de plano regional (ONU, 2007).

Como quer que se desenhem, os modelos de integração baseiam-se, fundamentalmente, na vontade dos Estados de obter, através de sua adopção, vantagens económicas que se definirão, entre outros aspectos, em termos de: 1) aumento geral da produção, através de um melhor aproveitamento de economias de escala; 2) aumento da produtividade, através da exploração de vantagens comparativas entre sócios de um mesmo bloco económico; 3) estímulo à eficiência, através do aumento da concorrência interna.

De acordo com a teoria do comércio internacional, consideram-se cinco as situações clássicas de integração económica: Acordo de Comércio Preferencial, Zona de Comércio Livre, União Aduaneira, Mercado Comum, e um quinto modelo inédito até recentemente, é constituída pela União Económica e Monetária, ou então, União Europeia e Integração Económica Total, como diz Medeiros (2008, citando Balassa), em que a diferença é meramente de terminologia.

A sequência das fases não estão sujeitas a uma ordem, embora experiências, de uma maneira geral, indicam que se deve começar pelo Acordo de Comércio Preferencial, etapa mais incipiente e que pode ser importante ferramenta para aceleração do comércio intra-regional. Consiste na adopção recíproca, entre dois ou mais países de níveis tarifários preferenciais: Ou seja, as tarifas incidentes sobre o comércio entre os países membros de um grupo são inferiores às tarifas cobradas de países não membros. À diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados dá-se o nome de "margem de preferência".

Segue-se a Zona de Comércio Livre, que consiste na eliminação de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem sobre o comércio dos países do grupo, em que cada membro mantém a sua tarifa nacional com os terceiros países que não fazem parte do grupo. A União Aduaneira corresponde a uma etapa de integração no qual os países de uma ZCL, para além de eliminarem os entraves às trocas de mercadorias entre os membros do grupo, aplicam as mesmas taxas de comércio e as mesmas regulações, para o comércio com países terceiros, estabelecendo assim, uma pauta aduaneira ou Taxa Externa Comum (TEC).

A liberalização da circulação de factores da produção dentro de uma União Aduaneira, guia para a formação de um Mercado Comum, que para além da circulação de mercadorias, implica também a livre circulação dos demais factores produtivos (pessoas e capitais). Finalmente, a harmonização das restantes políticas económicas nacionais caracteriza a etapa mais avançada e complexa da integração: a União Económica e Monetária, em que se adopta uma moeda única e uma política comum

em matéria monetária conduzida por um Banco Central Comunitário, e criação de novas políticas comuns, de carácter supranacional, em substituição de políticas autónomas nacionais. O quadro abaixo resume as etapas de um processo de integração e suas principais características.

Quadro 1 - Os Níveis de Integração Económica Regional e as suas Características.

Formas ou Níveis de Integração	Características de cada Fase da Integração					Exemplos em África
	Redução de tarifas no comércio intra-regional	Eliminação de tarifas no comércio intra-regional	Tarifas comuns para o resto do mundo	Livre circulação de pessoas, bens, capitais	Harmonização das políticas económicas	
Acordo de Comércio Preferencial	Sim					África do Sul e Moçambique
Zona de Comércio Livre		Sim				CEDEAO SADC
União Aduaneira		Sim	Sim		Coordenação desejável	SACU
Mercado Comum		Sim	Sim	Sim	Coordenação desejável	COMESA
União Económica e Monetária		Sim	Sim	Sim	Sim	UEMOA CEMAC

Fonte: Compilação autor e Secretariado UNCTAD

No processo de integração há que falar daquilo que se chama de gradualismo, isto é um planeamento que visa ao aprofundamento e alargamento do processo integracionista, otimizando seus resultados económicos, sociais e políticos.

Segundo Balassa (1962)⁴, os processos de integração económica acima supracitados estão ordenados em uma progressão organizada e mecanicista. Esta posição, contudo, vem sendo atacada por estudiosos modernos que defendem, com grande propriedade, a existência de processos de integração que carregam elementos de uma e outra proposta pelo autor, como é o exemplo africano (em que nalguns casos já se fala em União Económica com uma moeda única, como é o caso da UEMOA dentro da CEDEAO, quando na realidade, a implementação do TEC ainda não se efectivou e na prática, ainda persistem as barreiras ao comércio).

Em última análise, podemos dizer que a classificação de Balassa carece da flexibilidade e da dinâmica das relações económicas internacionais, sejam micro ou macroeconómicas.

⁴ Citado por Medeiros (2008).

1.2. MOTIVAÇÕES *versus* VANTAGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Podemos dizer que as motivações e as vantagens dos processos de integração regional, consubstanciados através de acordos de comércio regional (ACR), forjados entre os Estados, são essencialmente económicas. Segundo Medeiros (2008) essas vantagens se traduzem principalmente a nível das produções e na racionalização das trocas comerciais, se decompondo em:

- O princípio da liberdade de circulação de mercadorias numa área alargada (abarcando várias economias nacionais) acresce o volume de comércio, quer pela fluidez dos fluxos, quer pela escolha consciente do aproveitamento de uma especialização e divisão internacional do trabalho;
- O reforço da dimensão das empresas, em sintonia com o potencial de novos clientes, é acompanhado de mais qualidade de produtos e maior competitividade. O acréscimo da oferta coaduna-se com a procura, com preços mais baixos, contribuindo para o aumento do bem-estar;
- O novo espaço económico, com as suas estruturas produtivas sem protecção, leva a uma maior pressão concorrencial, exigindo progresso técnico e inovação;
- A elaboração das políticas económicas passam a ser mais refinadas, quer pelo confronto inter-regiões, quer pela exigência de uma compatibilidade transnacional, em nome da racionalidade. A disparidade de crescimento económico entre os Estados membros, põe em xequê os governos perante as opiniões públicas;
- As zonas de integração reforçam a cooperação com países terceiros, engendrando acordos preferenciais bilaterais (acesso a novos mercados) através da preponderância do contágio e da estratégia. No caso de parcerias com países subdesenvolvidos, é exigida uma política de reformas estruturais, como sinal para a convergência de estádios de desenvolvimento sustentável. Esta situação facilita a obtenção de financiamentos externos, com garantia do investimento estrangeiro;
- Melhor adaptabilidade à transferência de tecnologia, que pode proporcionar a saída de um país dum estádio de subdesenvolvimento. Pode ainda ser aplicada o princípio da complementaridade;

Sem dúvida, e conforme explanado acima, a maior motivação e vantagem das integrações regionais são de cariz económicos. Porém, são várias as razões que podem levar um Estado a optar pela integração económica regional.

Se por um lado, os desafios da globalização tem levado alguns Estados a se integrarem quase que impulsivamente, numa tendência mundial e muitas vezes até

mal formada. Por outro, a integração apresenta-se muitas vezes como forma de garantir a paz e a segurança do país em si e da região de integração.

Para além das vantagens económicas, a integração regional abarca objectivos políticos extremamente relevantes (Medeiros, 2008)⁵. O processo da integração económica regional contribui para o aumento da coesão política, e esta por sua vez, contribui para o sucesso da integração. A integração, desde sua mais simples expressão (ZCL) pressupõe um mínimo de coesão política entre os Estados. Esta coesão, tendente a um aprofundamento das relações diplomáticas e comerciais, diminui as tensões políticas entre os Estados. Portanto, a integração económica e política são áreas de interdependência que não podem subsistir, uma sem a outra, e que determinam o sucesso uma da outra (Medeiros, 2008)⁶.

A importância da coesão política pode ser percebida a partir de um exemplo negativo: em muitas regiões, tal como na África, as tensões políticas regionais tem grande parcela de culpa pelo malogro dos processos de integração já implantados. Apesar de se ter vindo a perceber que, sobretudo naquele continente, as disparidades económicas entre os Estados são o principal entrave ao sucesso de processos de integração (tais como o SADC, 1992, que congrega 11 Estados da África Austral), a falta de coesão política dos Estados membros tem também sua cota parte de culpa.

A coesão política é assim determinante, no sentido em que deve elevar o grau de consciência colectiva para a eliminação gradual das disparidades económicas, sociais e culturais que separam Estados vizinhos.

1.2.1. REGIONALIZAÇÃO *versus* GLOBALIZAÇÃO

A noção de regionalismo económico pode ser dada como a vontade política dos governos no sentido de favorecer o desenvolvimento de elos económicos internacionais com os países geograficamente vizinhos (Medeiros, 2008). O termo globalização, embora comporte diversas conceituações no âmbito da política económica,⁷ caracteriza-se pelo crescimento da actividade económica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais, em proporções mundiais possibilitando aos diversos actores, em movimentos migratórios, buscar nas trocas e nos investimentos o lucro pela livre concorrência.

Os efeitos da globalização espalham-se em vários níveis, nomeadamente, nos planos económico, político e social. De modo muito sucinto, podem ser descritos como: a redução da distância económica entre países, regiões e agentes; limitação da

⁵ Citando Piter Robson "Teoria Económica da Integração Regional", p.14.

⁶ Citando Kindleberger "Internacional Economics", Irwin, 1961.

⁷ Globalização financeira, Globalização Comercial, Globalização Tecnológica, Globalização dos Transportes e de Mercadorias, etc., conforme mencionados por Medeiros (2008).

soberania dos governos nos planos nacional e internacional; perturbação dos oligopólios existentes, através da mudança das regras de mercado na luta pela vantagem competitiva entre empresas de um país ou entre países; alargamento do fosso entre ricos e pobres a nível mundial e inerente aumento de desigualdades; a resultante destes efeitos é uma “interdependência” internacional, à luz de intrincadas relações entre os mercados. De modo geral, dentro do espírito de livre concorrência, o mundo globalizado busca a criação de economias de escala e aumento de eficiência económica das trocas, obviamente, ideais também almejados nos processos de regionalização.

O aproveitamento das capacidades produtivas potenciais de cada região promove a interactividade da diversificação produtiva interna e o fenómeno mundial da globalização. Elas estão contidas no vector essencial do processo de integração, e daí, mais uma vez, a interacção de globalização e regionalismo económico.

Os espaços regionais, utilizando a concorrência imperfeita e o comércio internacional estratégico, procuram promover um desenvolvimento sustentável e onde se diagnostica a questão de saber onde produzir com a máxima eficiência.⁸ Portanto, ao lado da regionalização, o fenómeno económico da globalização é um ponto que demanda análise mais profunda. Apesar de se apresentarem como processos antagónicos, representam, reciprocamente, a solução das discrepâncias verificadas em cada um dos processos. Ao mesmo tempo que se verifica os efeitos negativos do processo de globalização (volatilidade financeira e fugas de capitais, desemprego e desigualdades sociais, impactos ambientais negativos e migrações forçadas), o mesmo fenómeno projecta efeitos positivos que coincidem com os objectivos mormente colimados nos processos de regionalização, tais como a formação de economias de escala, a optimização da eficiência económica, ambos elementos envolvidos pela livre concorrência. A franca expansão dos processos de regionalização, especialmente na década de 90, reforça a necessidade de protecção dos mercados dos efeitos negativos da globalização através de dispositivos económicos (e por consequência, legais) tão complexos e dinâmicos quanto a mutação dos factores macroeconómicos que acabam por produzir efeitos em cadeia, prejudiciais a um grande número de agentes e de mercados, com resultados não menos negativos nas políticas económicas nacionais. Vendo nesta perspectiva, a regionalização é uma resposta estrutural do Estado para um problema micro económico dos mercados. E a tendência mundial tem se dirigido para um planeta cada vez mais regionalizado e para uma economia de blocos.

⁸ Este objectivo veio dar lugar à discussão dos processos de concentração e desconcentração económica. V. Medeiros (2008:86).

CAPÍTULO II

2. O FENÓMENO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DE ÁFRICA

Torna-se realmente necessário, fazer uma breve caracterização do continente africano, de forma a perceber melhor a dinâmica e a problemática da integração económica na região.

Com uma população total de 985.5 milhões de habitantes distribuídos em uma área de pouco mais de 30 milhões de quilómetros quadrados, a África classifica-se como o terceiro maior continente, cobrindo cerca de 20,3% da área total da terra firme do planeta. Com uma incidência de pobreza mais elevada no mundo, é paradoxalmente um continente com imenso potencial. Embora uma grande parte do continente não tenha sido devidamente estudada, os recursos que já foram descobertos são significativos. Por exemplo, a parte de África no conjunto das reservas mundiais do bauxite e urânio são de 42 e 38 por cento respectivamente. O continente contém também reservas importantes de ouro (42%), de platina (73%) e diamantes (88%). As reservas de metais não-ferrosos, tais como a cromite (44%), manganês (82%), vanádio (95%), cobalto (55%), têm igualmente uma grande importância ao nível mundial.

África possui ainda, a maioria dos minerais conhecidos, muitos dos quais se encontram em importantes quantidades, ainda que irregularmente distribuídos; existem grandes reservas de combustíveis fósseis como o carbono, o petróleo e o gás natural, tornando alguns países como maiores exportadores de petróleo a nível mundial (Argélia, Angola, Congo, Gabão, Líbia e Nigéria). O continente produz algodão, cacau, café, inúmeras mercadorias para o mercado mundial, ao que se une o imenso potencial agrícola e hidráulico das florestas, ainda pouco exploradas.

Quanto ao desempenho macroeconómico, o continente que segundo o African Statistical Yearbook (2009) apresentava em 2006 um PIB por habitante de 1.160 dólares americanos, tem no entanto, registado uma performance de crescimento do PIB acima dos 5% nos últimos cinco anos, tendo ficado nos 5.7% em 2008, que compara com os 6.1% registados em 2007.⁹ Esta redução na taxa de crescimento do PIB foi em grande parte devido à subida conjugada do preço do petróleo, dos cereais

⁹ O crescimento em 2008 foi diferente nas várias regiões, sendo que verificou um forte crescimento para África do Leste (7.3); crescimento moderado para África do Norte (5.8%) e África Ocidental (5.4%). Já a África Central apresentou um crescimento relativamente mais baixo, de (5.0%).

e da crise económica mundial que afecta as economias africanas pouco diversificadas. Segundo previsão do FMI, a crise económica mundial deveria provocar uma queda na taxa de crescimento para os 2.8% em 2009, ou seja, menos da metade da taxa média de crescimento alcançada durante os últimos cinco anos.

Segundo a mesma fonte, esse impacto da subida repentina dos preços de energia e de produtos alimentares, foi em boa parte responsável para que grande parte dos países africanos alcançassem o nível recorde na taxa de inflação, que acelerou dos 7.5% em 2007 para alcançar os dois dígitos em 2008 (11.6%). As maiores taxas foram registadas no Zimbabwe (37.0%), República Democrática do Congo (26.2%), São Tomé e Príncipe (25.9%), Quénia (25.8%) e Etiópia (25.3%).¹⁰

A participação africana no comércio mundial diminuiu de 6% em 1980 para cerca de 3% em 2007. Segundo dados da UNCTAD (2008), a "*weak supply capacity*", isto é, a pouca capacidade de produzir em quantidade e qualidade os bens necessários para responder à demanda global destes produtos, constitui principal obstáculo ao aumento da performance africana na exportação mundial.¹¹

As exportações de mercadorias cresceram 17.5 % em 2007, alcançando nesse ano o valor de 424.14 mil milhões de USD, comparado com os 360.9 mil milhões de USD registados em 2006. Em 2007, a América do Norte e a UE mantiveram-se como principais parceiros comerciais de África, com uma quota acumulada das exportações superior a 61 %. A Ásia também está a assumir progressivamente maior importância. As exportações africanas para esta Região cresceram quase 50 % no período 2005-2007.

As exportações de mercadorias intra-africanas representaram em 2007, apenas 9.5 % do total. Segundo o Economic Development in África Report (2009), apesar da longa história de integração económica no continente, o nível do comércio intra-africano continua reduzido, em comparação com o comércio intra-regional nas outras regiões. No período 2004/2006 a exportação intra-africana no total da exportação da região foi de 8.7%, quando a importação intra-africana representou 9.6 % no total de importações. Este valor é substancialmente maior na África Subsaariana (cerca de 12%) do que África do Norte (cerca de 3%). No entanto, a proporção do comércio intra-regional na África Subsaariana mantém-se de longe abaixo das outras regiões (ver quadro 3).

¹⁰ Por regiões a África do Leste registou uma subida mais elevada (17.8 %), seguido da África Austral (15.2%), África Central e Ocidental (10.6%). A África do Norte foi a que registou a menor taxa de inflação (8.1%).

¹¹ A estrutura do comércio intra-áfrica é diferente do comércio com o resto do mundo. Enquanto produtos manufacturados dominam a exportação intra-africana, a exportação para o resto do mundo é principalmente mercadorias primárias. A exportação para o resto do mundo é muito concentrada, limitando-se a produtos específicos, quando o comércio intra-africano é mais diversificado.

Quadro 2 - Importação e Exportação intra-regional como Proporção do Comércio total 2004/2006 (médias em %).

Regiões	Importação	Exportação
África	9.6	8.7
Ásia	48.1	45.5
América	23.3	39.8
Europa	68.1	71.4

Fonte: Economic Development in Africa Report (2009).

Contudo, a situação sumarizada no quadro acima, não é um fenómeno novo (Ver anexo 3). Analisando o período 1960/2006, a África teve consistentemente uma baixa proporção de comércio intra-regional. Desde 1960, foi a única região com uma performance de exportação intra-regional abaixo dos 10%.¹² Uma ligeira subida registou-se nos anos de 1980/1990 derivado: 1) a adopção dos programas de ajustamento estruturais, que fez com que muitos países africanos abrissem suas economias com a era da substituição de importação e criação do comércio; 2) o fim do apartheid na África do Sul e consequentemente desenvolvimento de ligações comerciais com os países vizinhos; 3) a intensificação dos Acordos de Comercio Regionais, com a fundação da UMA (1989), a SADC (1992) e a COMESA (1994) que fez com que o comércio intra-regional quase ultrapassou os 10%.

Porém, desde os anos 2000 a proporção do comércio intra-africano estabilizou nos 10%, apresentando um ligeiro declínio nos últimos anos. O que se explica pelo facto de o comércio de África com os seus novos parceiros, ter crescido num ritmo anual muito superior do que o crescimento do comércio intra-africano. Este último cresceu em média entre 1999/2006, cerca de 13.64% ao ano. Enquanto que o comércio África - EUA cresceu 27.7 % e o comércio África - China cresceu 60.85% no mesmo período. A África Subsaariana tem apresentado uma alta taxa de crescimento da exportação intra-região e superior às outras regiões, com excepção da Ásia. A nível do continente, é muito superior à da África do Norte que, pelas similaridades linguísticas e culturais dos seus países esperava-se melhor performance. Mas não é o que se verifica no quadro que se segue.

Quadro 3 - Exportação Intra-regional como % da Exportação total 1960/1962 e 2004/2006.

¹² Devido em parte às influências do modelo de comércio colonial, que era orientada para fora e não encorajou os países africanos a desenvolverem conexões fortes entre eles mesmos.

	1960-1962	2004-2006	Crescimento em %
África	5.58	8.68	55.43
Norte de África	2.81	2.45	-12.75
África Subsaariana	4.08	11.41	179.94
Ásia	21.06	45.54	116.28
América	26.64	39.80	49.41
Europa	61.28	71.38	16.47

Fonte: Economic Development in Africa Report (2009)

Segundo a UNCTAD (2008), a África tem assinalado crescentes fluxos de IDE nos últimos vinte anos, registando uma evolução de 2.4 mil milhões de dólares americanos em 1985 para 35.5 mil milhões de dólares americanos em 2006. O interesse dos investidores estrangeiros advém não somente dos recursos naturais de África, onde se destaca: o petróleo e a mineração, o aumento do tamanho do mercado da região, os incentivos gerados pela reforma da legislação de investimentos estrangeiros, assim como outros factores favoráveis, tais como liberalização do comércio, a redução das burocracias para a criação de empresas, entre outros. Segundo dados da UNCTAD (2009), apesar da baixa no crescimento económico global e as suas consequências para a região, tal não afectou os fluxos do IDE para África, que cresceu em 2009 para mais de 70 bilhões de dólares americanos. Na figura a seguir se mostram os fluxos de IDE das últimas décadas onde apreciamos o aumento do IDE na África a partir do ano 2000, comparável ao aumento dos anos 80, mas muito superior em volume.

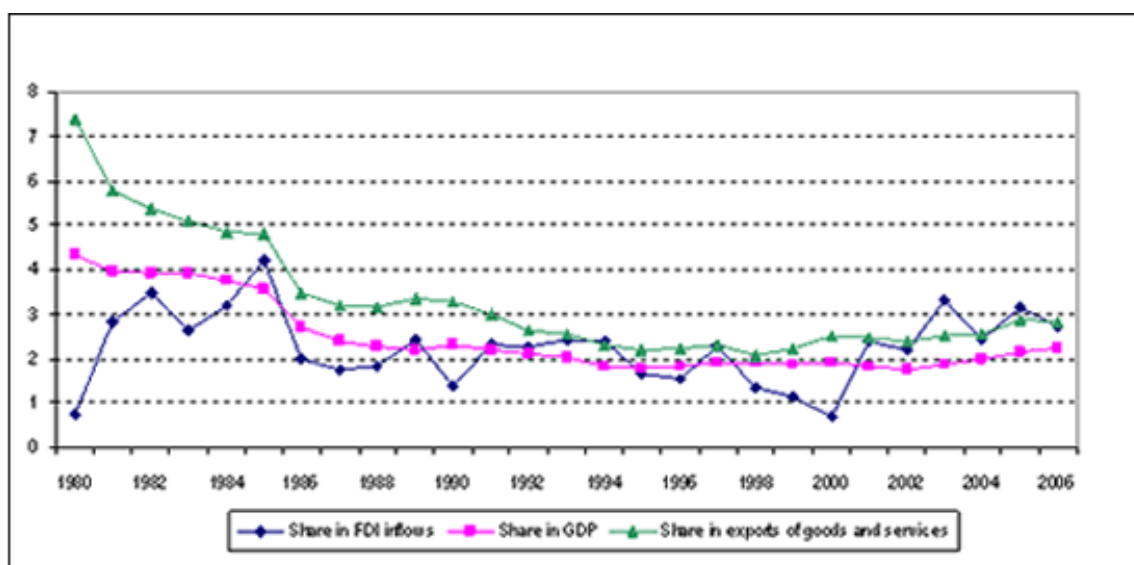


Figura 1 - Participação da África nos Fluxos de IDE, PIB e Exportações Mundiais 1980- 2006 (%)

Fonte: UNCTAD (2008)

O baixo nível do comércio intra-africano ilustra a reduzida integração continental, realçando como é urgente que o continente supere os bloqueios existentes, tanto em termos políticos e de investimentos como, particularmente, em infra-estruturas comuns. Palco de muita pobreza, pandemias e constantes conflitos e guerras civis, os líderes africanos apostam na afirmação das democracias e na afirmação das economias nacionais no mercado internacional, por via da integração regional, acreditando, que se soubermos pensar as nossas prioridades, batermo-nos de forma unida pelos nossos interesses comuns temos todo o potencial para sermos o continente do futuro.

2.2. GÉNESE E EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL AFRICANA

"A África deve unir-se"

Kwame Nkrumah¹³

É um facto que, desde muito cedo o discurso institucional, nomeadamente da OUA, ou a nível nacional, através dos seus líderes políticos, apontou a cooperação e a integração regionais como um factor, para uns decisivo, para outros supletivo mas de enorme importância, impulsionador do desenvolvimento económico nacional e um meio de quebrar a forte dependência comercial externa, ajudando assim, a superar grande parte dos problemas e fraquezas estruturais dos países africanos (Ferreira, 2005).

A pouca expressão africana na economia internacional, as grandes assimetrias regionais, a debilidade de muitos Estados, patentes em muitos conflitos, e a consequente complexidade da gestão desses mesmos conflitos, são motivos bastantes para se encarar a integração regional, não só como uma das melhores soluções para o desenvolvimento, como a opção mais integradora para a resolução e prevenção de conflitos. Neste aspecto, a integração regional é vista, como peça importante do espírito emanado da máxima "soluções africanas para os problemas africanos". No plano estritamente económico, além das agências internacionais, são os próprios Estados africanos a acentuar ainda hoje, a necessidade em se apostar de forma clara e consequente na integração regional, em especial naquilo que ela implica de criação de espaços políticos e económicos estáveis, articulados e consolidados em torno de projectos comuns de bem-estar, de prosperidade e de competitividade (Trindade, 2006).

¹³ Kwame Nkrumah (Nkroful, 21 de Setembro de 1909 - Bucareste, 27 de Abril de 1972) foi um líder político africano, um dos fundadores do Panafricanismo. Foi Primeiro-ministro (1957-1960) e presidente de Gana (1960-1966).

O processo de integração económica regional em África tem mais de quarenta anos, remontando aos primeiros anos dos anos 60, para não referir aos casos desenvolvidos em alguns países, ao tempo ainda colónias. Durante os anos 50, inicia-se, uma nova fase na história política do continente africano, com o começo das independências.¹⁴ A princípio, os novos Estados africanos iniciaram um período de optimismo, buscando aprofundar laços preexistentes e iniciando o processo de integração regional. Além disso, houve euforia com as possibilidades de desenvolvimento económico, modernização, liberdade política e exacerbou-se o sentimento nacionalista no mosaico étnico africano.

As recomendações saídas das duas primeiras reuniões de dirigentes africanos em 1958 e em 1960, são muito claras, apelando a promoção da cooperação económica entre os novos Estados independentes como estratégia de transformação económica. Nesse sentido podemos dizer que a integração económica africana assumiu nos primeiros anos, após o início da vaga de independências no continente, características bem mais próximas da cooperação económica do que de uma verdadeira integração “tradicional” dos seus mercados (Ferreira, 2005).

A integração regional caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos, e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. As primeiras associações efectivaram-se, em regiões colonizadas por uma mesma metrópole e com algum tipo de vinculação económica que vinha da era anterior à independência. Isso implicou na manutenção dos laços económicos entre os países africanos e as ex-metrópoles europeias, muito embora o desejo manifesto por vários líderes da África expressasse a ideia de independência total.

Procurou-se formas de colaboração, que se concretizaram na assinatura de acordos ou tratados de natureza política e económica para ambiciosos projectos de "unidade africana". Era a "África dos povos" a que se seguiu a "África dos Estados" alguns anos mais tarde (Torres, 1999). Aquando da constituição da OUA, em 1963, aquela ideia de cooperação económica passa a estar incluída nos seus princípios e objectivos. Mas não demorou muito para que a perspectiva de integração dos mercados nacionais num único mercado regional passasse a ser orientação dominante.

A formulação de directrizes para a sua concretização com o intuito final de criar uma comunidade económica africana (CEA), seguindo as fases tradicionais de integração económica, e partindo de blocos regionais já existentes, foi repetidamente estipulada

¹⁴ Conforme indica Filho (2008), o processo de descolonização, acentuado após a II G.M., coroa um longo processo de resistência e faz o continente como um todo entrar em efervescente período de actividade política, o que resultou, efectivamente, na esperança de dias melhores e na oportunidade de se provar ao mundo a capacidade africana de autodeterminação com iniciativa para gerir os próprios assuntos e promover o bem-estar da sua população.

na Cimeira de Argel (1968), de Adis-Abeba (1970-1973) e formalizada na Cimeira de Libreville (1977) ao ser ratificada a Declaração de Kinshasa adoptada pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 1976. A criação de um Mercado comum Africano, prelúdio da CEA, ficou assente na Declaração de Compromisso de Monróvia (1979), ao que se seguiu, em 1980, com a 1ª Cimeira Económica Extraordinária da OUA realizada em Lagos (Nigéria), a aprovação do Plano de Acção de Lagos. Foi então afirmada a intenção de criar até ao ano 2000 uma CEA “a fim de assegurar a integração económica, social e cultural do continente”, partindo das comunidades sub-regionais já existentes ou a criar.

Depois de reafirmada a determinação dos países africanos na tomada de medidas que permitissem acelerar a realização do projecto de CEA (Declaração do 25º Aniversário da OUA, em 1988), foi finalmente adoptada durante a 28ª Cimeira (1991) uma nova Magna Carta da integração económica africana e que é conhecida pelo Tratado de Abuja. Ficou aí decidido que o objectivo dos países africanos seria a criação de uma Comunidade Económica Continental, a ser atingida no final de um período de 34 anos (ano 2028), excepcionalmente ao fim de 40 anos, depois de cumpridas seis etapas, com objectivos e prazos de implementação previamente determinadas¹⁵.

A entrada para integração regional em África compreende assim, duas ondas sucessivas (Bach, 1999). Uma primeira onda de integração que se verifica no período pós independência: anos 1960 e inícios dos anos 70, com uma extensão para África austral, até por volta de 1980; e uma segunda vaga, muito recente, que pode ser marcada com a assinatura do Tratado de Abuja na Comunidade Económica Africana (CEA) em 1991. Ambos os períodos foram influenciados pelas visões e ideologias dos seus respectivos períodos e por circunstâncias e influências externas ao continente, (ex. União Europeia).

2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA E NATUREZA DOS AGRUPAMENTOS REGIONAIS

Herdeiras do projecto de unidade africana e de construção nacional, gizado nos processos de independência e de formação da OUA, as comunidades económicas africanas têm por objectivo contribuir para o reforço interno de África e para a sua inserção nos mercados internacionais. Em concreto, a integração regional africana pretende atingir quatro grandes objectivos: a) Transformar e tornar mais competitivas as economias africanas; b) Liberalizar a actividade industrial e comercial; c) Inserir a

¹⁵ Ver anexo 8.

economia africana na economia mundial; d) Contribuir para a resolução de problemas políticos comuns, ajudar na resolução de conflitos e vencer o subdesenvolvimento.

A África possui 14 comunidades económicas regionais que, pela sua concepção e objectivos, dominam o panorama da integração regional africana, destacando-se:

- a) União do Magreb Árabe (UMA), com cinco membros;
- b) Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), que inclui vinte membros;
- c) Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), com onze Estados-Membros;
- d) Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO, também designada por CEDEAO), com quinze membros;
- e) Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com catorze membros;
- f) Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), com membros que pertencem a África Oriental;
- g) Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD), com dezoito membros.

Contudo, a tendência à criação de esquemas regionais em África insere-se no chamado paradigma “*spaghetti bowl*”¹⁶. Em África existem cerca de trinta Acordos Comerciais Regionais (RTA), sendo que cada país pertence a uma média de quatro e, nalguns casos, alguns países pertencem a dois esquemas com calendários de liberalização completamente, inconscientes, com objectivos e estratégias divergentes (Medeiros, 2008).

Trindade (2006) destaca sete organismos que considera sub-membros das comunidades económicas regionais mais importantes:

- a) União Económica e Monetária Oeste africana (UEMOA), envolve oito membros que pertencem a CEDEAO;
- b) União do Rio Mano (URM), tem três membros que integram por sua vez a CEDEAO;
- c) Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), com seis membros que integram a CEEAC;
- d) Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), formada por três países que fazem parte da CEEAC;
- e) Comunidade da África do Este (CAE), tem cinco membros, quatro deles da COMESA e um da SADC;
- f) Comissão do Oceano Índico (COI), tem cinco membros, quatro deles pertencem ao COMESA e um à SADC;

¹⁶ Tigela de esparguete em português, este conceito decorre da existência simultânea de Acordos de Comércio Livre (ACL), que diferem em aspectos chave, com efeitos finais praticamente imprevisíveis em termos dos ganhos para os diversos países, directa e/ou indirectamente envolvidos. (Ver Glossário do ICONE em www.iconebrasil.org.br/pt).

g) União Aduaneira da África Austral (SACU), com sete membros, cinco é da SADC e dois do COMESA.

A figura abaixo, ilustra a realidade de sobreposição dos blocos, na Comunidade Económica Africana (CEA).

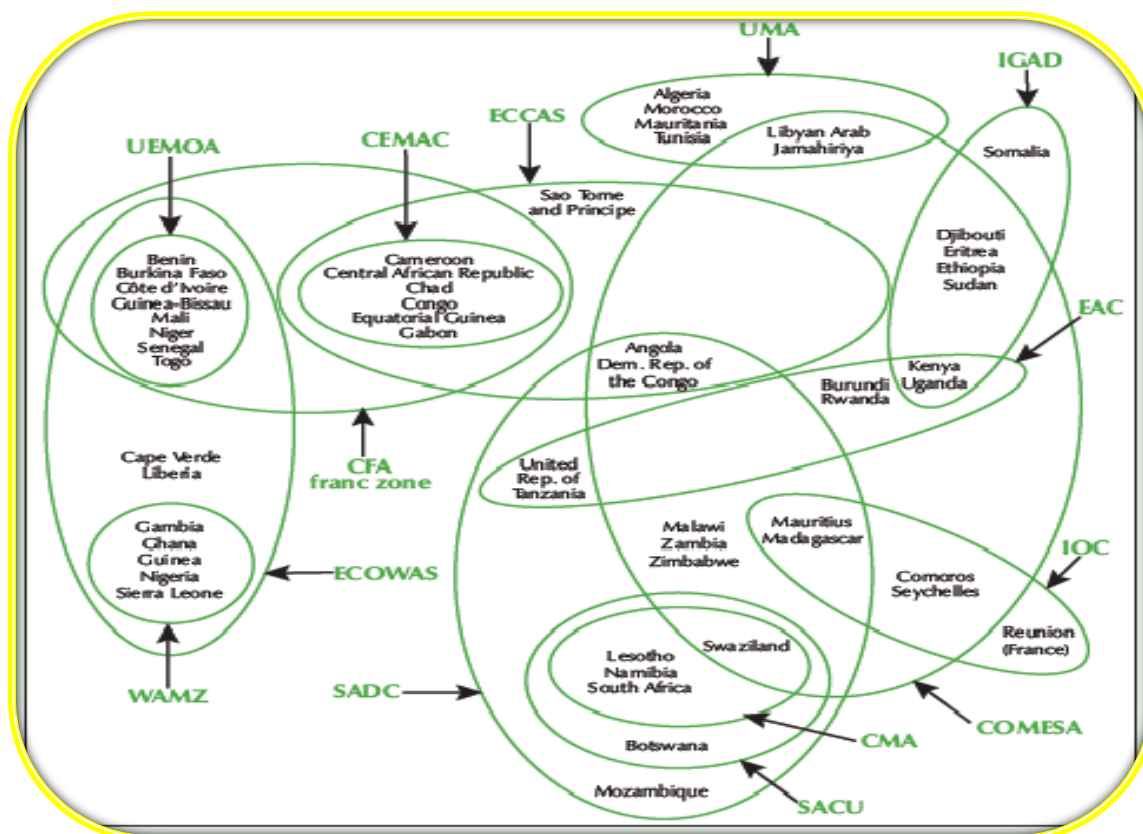


Figura 2 - Comunidades Económicas Regionais no Continente Africano: "Spaghetti Bowl"¹⁷

Fonte: UNCTAD (2006)

A este propósito, e de modo a facilitar a criação da Comunidade Económica Continental (CEA), a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), adoptada pelos países africanos em 2001, coloca uma ênfase especial no processo de integração, articulando-o com os seus objectivos mais gerais (NEPAD 2001, UNCTAD 2003). É proposto que os esforços de integração regional se façam em torno das principais organizações existentes, mencionadas anteriormente, devendo, neste caso, cada país ficar membro de uma única dessas organizações, ao contrário do que actualmente se passa. (Ferreira, 2005).

¹⁷ Comores são também um membro da Communauté Financière Africaine (CFA), da zona do franco; Burundi e Ruanda também pertencem ao ECCAS.

Devido á complexidade do fenómeno no continente, é nos impossível analisar pormenorizadamente cada um dos acordos regionais, pelo que passamos a analisar aquele que constitui objecto central do nosso trabalho, a CEDEAO.

2. 4. A CRIAÇÃO DA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA AFRICA OCIDENTAL

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental é a organização de integração regional que engloba 15 países da África Ocidental.¹⁸ Estabelecida oficialmente em 28 de Maio de 1975, quando representantes de 15 Estados da região (o único país ausente e que faz parte do grupo actual, é Cabo Verde, aceito como membro em 1976) assinaram o Tratado de criação da Comunidade em Lagos, Nigéria. O Tratado entrou em vigor em Julho de mesmo ano, após a ratificação do mesmo por sete membros. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro entre os Chefes de Estado e Ministros do Exterior da região no âmbito da comunidade, o que na prática marca o início de funcionamento do bloco.

Com a criação da comunidade, os países da África Ocidental deram início a um amplo projecto de cooperação. O primeiro objectivo fixado foi o da realização de um mercado interno e de União Aduaneira. Dentre as principais atribuições conferidas à comunidade estava o objectivo de promover a integração económica em diversos campos, tais como: indústria, transporte, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, assuntos financeiros e monetários e questões sociais e culturais.¹⁹

2.4.1. PERFIL DOS ESTADOS MEMBROS

A África do Oeste compreende todo o espaço CEDEAO (15 países), ao qual tendo em conta os laços históricos, demográficos e culturais, podemos acrescentar a Mauritânia, o Chade e o Camarões. Este, no seu conjunto, cobre 7,9 milhões de km², ou seja 1,8 vezes o tamanho da União Europeia, 80% da superfície dos Estados Unidos ou da República Popular da China. A densidade média (40 hab. /km²) continua fraca, mesmo se 95% da população ocupa 50% do espaço regional.

¹⁸ Do original ECOWAS- *Economic Community of West African States*: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

¹⁹ Sobre a génese da ECOWAS e o processo diplomático de construção da comunidade até o início dos anos 1980, ver especialmente: ONWUKA, Ralph I. *Development and Integration in West African: The case of the Economic Community of West African States, ECOWAS*. Ile Ife, Nigéria, University of Ife Press, s/d, p.53-88.

Dos 15 Estados membros só a Nigéria tem mais da metade da população, uma superfície acima dos 900.000 km² e mais de duas centenas de etnias. É o país mais preponderante, desempenhando um papel de potência regional (Medeiros, 2008).

Cabo Verde, por seu turno, é o país mais pequeno da região, simultaneamente em superfície e em população, conforme se pode ver no quadro abaixo.

Inversamente, Cabo Verde possui o maior PIB *per capita* da região, com cerca de 3.634 dólares americanos em 2008, o PIB *per capita* do país era de pouco mais de 1,5 vezes superior ao do mais próximo que é a Nigéria com 2.085 dólares e de 7 vezes superior ao da Guiné-Bissau que ocupava a última posição com 519 dólares. Cabo Verde ocupa também na região a posição mais elevada em IDH com 0,708, que o coloca com o Gana na categoria média. Os restantes países situam-se na categoria baixa com um IDH inferior a 0,5. A excepção da Nigéria, do Gana, da Costa do Marfim e também de Cabo Verde desde 2008, todos os países da região fazem parte do grupo de Países Menos Avançados.

Quadro 4 - Indicadores Básicos dos Países da CEDEAO (2008)

Países 15	Superfície (km ²)	População (milhões)	Pib/capita (usd)	IDH
Benim	114.763	9.3	1.345	0.492
Burquina Faso	274.000	15.2	1.215	0.389
Cabo Verde	4.033	0.5	3.634	0.708
Cote d'Ivoire	322.463	19.6	1.777	0.484
Gâmbia	11.295	1.8	905	0.456
Ghana	238.533	23.9	1.251	0.526
Guine Bissau	36.125	1.7	519	0.396
Guine Conakri	245.875	9.6	1.117	0.435
Libéria	111.369	3.9	494	0.442
Mali	1.240.192	12.7	1.152	0.371
Níger	1.267.000	14.7	665	0.340
Nigéria	923.368	151.5	2.085	0.511
Senegal	196.722	12.7	1.659	0.464
Serra Leoa	71.740	6.0	870	0.365
Togo	56.790	6.8	722	0.499
TOTAL	3.284.586.9	289.9		

Fonte: Concepção própria a partir de dados dos relatórios do BAD 2009: Statistics Pocket Book e African Economic Outlook.

2.4.2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CEDEAO

Do ponto de vista institucional, a organização da comunidade estruturou-se de maneira a tentar dinamizar os projectos, adoptando a distribuição das funções entre os vários órgãos, sendo eles: a) Conselho dos Chefes de Estado e Governo, b) Conselho de Ministros, c) Parlamento Comunitário, d) Conselho Económico e Social, e) Corte de Justiça da Comunidade, f) Secretaria Executiva (actual Comissão), g) Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, h) Agência Monetária da África

Ocidental e, i) Comissões técnicas especializadas. As instituições da comunidade são do tipo intergovernamental (Medeiros, 2008).

As mais importantes dessas instituições são, sem dúvida, o Conselho dos Chefes de Estado e de Governo, o Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento e a Comissão. O Conselho de Chefes de Estado e de Governo, naturalmente, é o mais elevado órgão no processo decisório e o que dá a última palavra nas questões mais importantes, atinentes ao futuro da comunidade, como a determinação em implementar políticas comuns. O Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento é o responsável pela elaboração de políticas comuns nas áreas mais sensíveis ao conjunto dos países e pelo desenvolvimento de projectos, envolvendo países membros. Com o suporte da Comissão, o Fundo é o encarregado de perseguir, portanto, objectivos de extrema importância para as economias da região, uma vez que cabe a ele planejar e executar projectos que propiciem a integração física da região, como por exemplo, a construção e modernização dos sistemas de transportes e telecomunicações regionais.

2.4.3. CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E COMERCIAL DO ESPAÇO CEDEAO

O perfil acima indicado pode ser complementado com uma caracterização política, económica e comercial da região CEDEAO.

Ao nível político, a região apresenta um leque de situações que variam entre os países instalados numa “normalidade” democrática, os países em situação de pós conflito mais ou menos recentes e os restantes com crises abertas muito próximas da guerra civil, embora e no geral, a dinâmica da paz tende a impor-se ultimamente. Esta dinâmica de saída de crises manifesta-se na Serra Leoa, na Libéria ou na Cote d'Ivoire. No entanto, esta evolução deve ser atenuada pela falta de solução política no Darfur, pelos riscos persistentes na Guiné Conakri e na Guiné-Bissau, assim como em Casamansa (Senegal) e no Delta do Níger (Nigéria) e o reaparecimento de certas crises e conflitos no sul do Sahará (Mauritânia, Mali, Níger) (CSAO/OCDE/CEDEAO, 2009).

Quanto a performance macroeconómica, o PIB regional está estimado em 225 bilhões de dólares, em 2007, ou seja, cerca de um terço do PIB da África Subsaariana.

A fraca diversificação das economias, um rendimento por habitante de cerca de 700 dólares (USD correntes) e indicadores de educação e de saúde particularmente baixos, explica que 13 dos 18 países da África Ocidental, estejam classificados entre os Países Menos Avançados (PMA). Não classificado PMA, a Nigéria, representa sozinha a metade do PIB da região.

A África Ocidental vem conhecendo desde os anos 2000, um período de crescimento robusto, á volta de 5% ao ano. Em 2008 registou um crescimento de 5.4%. Mesmo assim, inferior ao mínimo fixado para realização dos ODM. Segundo o African Economic Outlook (2009) previa-se um abrandamento de mais de 1 pp. em 2009, para 4.2%, antes de uma retoma para 4.6% em 2010.

A economia da sub-região está ainda largamente dependente duma lógica de exportação dos produtos de base, como produtos mineiros e agrícolas, pouco transformados. As exportações de produtos manufacturados representam apenas 5% do total. As economias continuam largamente dependentes do exterior para satisfazer as suas necessidades em bens de equipamentos e intermediários, ou mesmo, em bens de consumo de primeira necessidade.

A agricultura e a agro-indústria, que representam um terço do PIB e empregam metade da população activa, continuam sendo essenciais para satisfazer as necessidades alimentares da região. Recentemente dopado pelos preços internacionais, o sector mineiro e petrolífero ganhou uma importância crescente. Ele representa dois terços do valor das exportações e em numerosos países contribui com mais de metade das receitas públicas.

Além destas actividades, o desenvolvimento das construções e obras públicas, das telecomunicações, da água e da electricidade, assim como os transportes, têm acompanhado a construção das cidades. O PNB está cada vez mais desmaterializado, com um papel crescente dos serviços e das tecnologias de informação. O turismo, que atrai cada vez mais visitantes estrangeiros, nomeadamente à volta do património natural e cultural, é um sector de futuro.

As trocas exteriores representam três quartos do PIB regional, o que torna a região particularmente sensível aos choques externos. O financiamento dos investimentos, repousa apenas em parte, sobre a poupança interna, que representa 20% do PIB (12% excluindo Nigéria).

Os financiamentos externos, constituídos principalmente pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), pelos Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) e pelas transferências das diásporas, representam de facto 10% do PIB regional (CSAO/OCDE/CEDEAO, 2009).

Na região persistem importantes desníveis entre as economias nacionais (são pouco diversificadas, pouco complementares e largamente dependentes de factores exógenos: fixação dos preços, variações da procura, por exemplo).

Some-se a isto o fato de que a indústria dos países da região de fraca expressão não fabrica produtos de alto valor agregado e apesar do crescente peso do sector dos

serviços, o sector primário continua sendo o mais importante, com evidentes danos à economia nacional devido à tradicional deterioração dos termos de troca.

Ainda no campo das fragilidades económicas da CEDEAO, registe-se o baixo nível atingido até o momento no cômputo do comércio intra-regional, que segundo o African Statistical Yearbook (2009), não foi além dos 9.2 e 8.9 respectivamente das exportações e importações da CEDEAO em 2007, conforme se pode ver no quadro abaixo.

Quadro 5 - Comércio Intra-africano por Blocos Económicos (% 2007)

Grupos Económicos	Exportação (% 2007)	Importação (% 2007)
UMA	2.3	3.3
CEMAC	1.1	2.7
COMESA	3.4	4.2
CEEAC	0.6	1.5
CEDEAO	9.2	8.9
ZONA FRANCA	6.6	7.7
SADC	9.8	9.5
UEMOA	15.2	8.0
AFRICA	9.1	9.4
MUNDO	100.0	100.0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do African Statistical Yearbook, 2009

As economias nacionais dos países da África Ocidental e do continente no geral, continuam presas no esquema tradicional de produzir para o mercado externo, geralmente com a pauta de exportações reduzida e dirigida para os mercados da Europa, de onde importam os bens industrializados.

Segundo o Economic Development in África Report (2009), a exportação intra-CEDEAO de 2004 a 2006 foi de 5.4 bilhões de dólares, cerca de 9.4% da exportação total da CEDEAO neste período. Os principais exportadores dentro do grupo foram a Nigéria e o Cote d'Ivoire que juntos somaram mais de 70% da exportação total intra-grupo, seguido pelo Senegal com cerca de 10%. Os maiores importadores são Cote d'Ivoire, Ghana e Nigéria. O principal elo de comércio é o comércio bilateral entre Nigéria e Cote d'Ivoire, assim como as exportações de Nigéria com a Ghana. Também há uma notável exportação de Senegal para Mali e de Cote d'Ivoire para Burquina Faso.

2.5. OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS

Por outro lado, os atrasos no processo de integração regional são por demais evidentes, e a pretensão de uma união económica no projecto de integração institucionalizada com mais de trinta anos, sofre de uma grande estagnação. Até à actualidade não foi assegurado um modelo de desenvolvimento económico, com

estruturas produtivas articuladas e de complementaridade dentro dos países da região (estímulo à produção comunitária, melhoria de infra-estruturas, incentivos fiscais, acondicionamento de produtos agrícolas, de entre outros factores).

Podem apontar-se os seguintes factores: guerra civil na Libéria, em Dezembro de 1989; intervenção de uma força regional na Serra Leoa; combates fronteiriços entre a Libéria e a Guiné, em 2001; conflito interno na Costa do Marfim, em 2002; retoma à democracia da Nigéria, a partir de 1999, após duas décadas de ditadura militar; a cabotagem entre países costeiros não está organizada; doze Estados classificados como países menos avançados (PMA) com um índice de pobreza elevadíssimo; ausência de infra-estruturas transnacionais, onde não existe uma rede de caminhos-de-ferro de conexão entre países, e ausência de uma rede rodoviária, imprescindível para o sucesso da integração e que, a sua construção depende fortemente da decisão dos dirigentes políticos (Medeiros, 2008).

O bloco económico da África Ocidental, assim como praticamente todos os processos de integração regional em formação, ressurgiu com forças somente no início dos anos 1990, como foi dito no início deste capítulo. Assim, o Tratado de Lagos, de 1975, foi alvo de duas revisões²⁰ com o intuito de acelerar o processo de integração e de desenvolvimento regionais sob o impulso da CEDEAO. O mais importante proposto pela revisão do Tratado de Lagos foi a confirmação do desejo de integração e da necessidade de cooperação entre os Estados membros para promover o desenvolvimento regional, reafirmando, a intenção dos países da região em atingir a Zona de Comércio Livre, promover a União Aduaneira e alcançar a União Económica e Monetária.

Estas revisões, em particular, a adopção de um novo regime jurídico dos Actos os quais serão directamente aplicáveis nos Estados uma vez assinados pelos chefes de Estado e de Governo, trouxeram, segundo o Presidente da Comissão da CEDEAO, a dimensão da supra nacionalidade que faltava ao processo de integração Oeste Africana e causa dos principais obstáculos e atrasos ao mesmo.

2.5.1. A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO TERRENO

²⁰ Em Julho de 1993 representantes dos países membros da CEDEAO, reunidos em Cotonou (Benim), fizeram a revisão do Tratado de Lagos, o que resultou na assinatura de um novo Tratado, designado de "Revised Treaty of the Economic Community of West African States (ECOWAS)", o qual mantém os mais importantes princípios contidos no anterior e faz a adaptação do Tratado aos novos tempos. Foram introduzidos mecanismos de controlo e de arbitragem que são o Parlamento e o Tribunal de Justiça da Comunidade e pela criação de mecanismos financeiros como a conversão do Fundo em Banco de Investimento e de Desenvolvimento (BIDC) da CEDEAO. Em 2006, na sequência da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de Niamey a 16 de Janeiro, foi elaborado o Protocolo que revê o Tratado na parte que concerne a transformação do Secretariado executivo da CEDEAO em uma Comissão de nove membros.

Muito embora esteja explícito a articulação entre os membros da Comunidade de Estados da África Ocidental para promover urgentemente a integração económica regional, há que se considerar que o processo, por natureza, requer um tempo que geralmente vai muito além do idealizado para sua plena consecução. Os problemas regionais, em praticamente todas as partes da África, são de tal modo complexos que o idealismo de alguns sectores confronta-se com a dura realidade, o que evidentemente impõe limites às aspirações, as quais, embora legítimas e prementes de execução, têm de se ajustar à realidade objectiva.

No caso da CEDEAO, há uma diferença considerável quando se compara os objectivos estipulados e a realidade dos factos. Em primeiro lugar, como salientado, no domínio da liberalização das trocas, a CEDEAO tornou-se, a 1 de Janeiro de 2000, numa Zona de Comércio Livre. Na prática, porém, persistem os obstáculos de natureza tarifária e não tarifária, dificultando as trocas intra-regionais e a livre circulação de pessoas e de capitais. Isto, decorrente da fragilidade económica dos Estados membros, uma vez que temem perder a principal fonte de recursos de que dispõe e pelo risco embutido de deficit na balança comercial (Cabral e Furtado, 2008). A decisão, na mesma ocasião, de dotar a CEDEAO de uma Tarifa Exterior Comum (TEC) através da generalização à toda comunidade da TEC da UEMOA, foi tomada em 2000 a fim de entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2008. O processo que requer medidas de ajustamento progressivo e estudos de impacto, acusa atraso por parte de alguns países, entre os quais Cabo Verde.

A criação de uma União Aduaneira, tributária da realização das condições precedentes é ainda um projecto. A fim de promover o real incremento das trocas comerciais intracomunitárias, a CEDEAO está apostada em implementar várias medidas de apoio, no funcionamento efectivo do esquema de liberalização das trocas, na harmonização e simplificação dos procedimentos aduaneiros, na implementação do TEC, etc.

A CEDEAO deu início a partir de Dezembro de 1999, a um programa de convergência macroeconómica visando a criação de uma Zona Monetária Única na África do Oeste, com base num Mecanismo multilateral de fiscalização das reformas necessárias com essa finalidade. Trata-se também de criar uma segunda Zona Monetária (ZMAO) que seria fundida com a da UEMOA na Zona Monetária Única.

Os atrasos verificados em algumas reformas essenciais tais como, nos domínios das estatísticas, da harmonização, dos sistemas de pagamentos, da liberalização das contas de capitais e da aplicação efectiva do regime aduaneiro, bem como a não implementação dos Comités Nacionais de Coordenação do Mecanismo Multilateral, a existência de várias moedas na segunda zona, e a ausência desta da Libéria e de Cabo Verde, tem dificultado esse objectivo.

Porém, de acordo com (PANA), a União Monetária da CEDEAO será lançada em 2020 com a criação do Banco Central da CEDEAO e a colocação em circulação da moeda única, alguns anos após a criação e lançamento da União Monetária da ZMAO²¹, que vai completar o da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), que agrupa oito Estados da África Ocidental que têm em comum o franco CFA.

Não obstante, a revisão do tratado com a criação de mecanismos jurídicos e operacionais para acelerar a integração e as reformas empreendidas pela Comissão, o caminho ainda é longo e semeado de dificuldades, das quais as de natureza técnica são as menores. Ou melhor, a sua superação depende de uma real política de convergência efectiva, que não existe em muitos casos.

O sucesso de qualquer processo de integração depende, em grande medida, do compromisso político por parte dos Estados Membros de implementar os seus tratados e protocolos.

2.5.2. A PAZ E A SEGURANÇA REGIONAL

A CEDEAO foi criada inicialmente com a única preocupação de promover a integração regional através da liberdade de circulação das mercadorias e das pessoas e para a promoção do desenvolvimento e harmonização de políticas em vários domínios tais como transportes e comunicações, a cooperação monetária e financeira, recursos energéticos e minerais, questões sociais e culturais.

Paradoxalmente foi no campo político onde esteve mais activo. Os aspectos políticos da paz, segurança e governação na sub-região começaram a despertar mais atenção no seio da comunidade, a partir do momento em que os líderes do corpo regional se aperceberam que existia uma grande ligação entre aspectos económicos e políticos, e que a segurança está ligada à integração regional e sem a primeira não há a segunda. Para o Presidente da Comissão da CEDEAO, *“A verdade é que sem uma base sólida de estabilidade, paz e segurança, os nossos esforços (no quadro da integração económica e a cooperação económica) continuarão a ser vãos”*.²²

Perante a situação destabilizadora e de conflitos experienciados na região, (na Libéria, mais tarde na Serra Leoa e Cote d'Ivoire), a CEDEAO respondeu a situação, adoptando dois grandes documentos no domínio da segurança, nomeadamente: o Protocolo de Não Agressão (1978) e o Protocolo da Assistência Mútua em Defesa (1981). Neste seguimento, criou-se a força de manutenção da paz da CEDEAO, ECOMOG (*West African Monitoring Group*), uma força militar que visa intervir para

²¹ A ZMAO, integrada pela Gâmbia, pelo Gana, pela Guiné-Conakry, pela Nigéria e pela Serra Leoa, pretende lançar a sua União Monetária em 2015, ou antes, com a instalação também do seu Banco Central e a introdução da sua moeda comum, o ECO.

²² Mohammed Ibn Chambas, numa entrevista concedida à PANA.

socorrer governos destabilizados pela força de golpes militares ou rebeliões civis que tentam a tomada do poder, trazendo assim o controlo da situação, paz na região e consequentemente, a estabilidade dos mercados, tarefa difícil num quadro social marcado pela miséria e num plano político confuso, com actuação de vários grupos de interesses destabilizadores.

Além da Libéria, o corpo chegou a ter pelo menos três intervenções coroadas de êxitos, nomeadamente, nos conflitos da Serra Leoa, Cote d'Ivoire e Guiné-Bissau. Razões pelas quais se pode dizer que a CEDEAO passou a ser mais conhecida no mundo pelo seu papel de manutenção da paz, que pelos seus sucessos na integração económica. A verdade é que realmente, esta intervenção constitui o começo de um efectivo envolvimento da organização em aspectos securitários que derivam da integração regional.

A promoção da democracia e da boa governação nos países africanos, revela-se fundamental para reforçar a integração económica e política do continente. Citando André C. Tolentino, *"Não vejo como poderemos promover uma integração acelerada sem assegurar o processo de democratização e a boa governação em África"*.²³

Perante a situação de regimes de partido único, autoritários e golpes de Estado, experienciados pelos países africanos, tem se verificado nos últimos anos, mudanças democráticas nos Estados da África Ocidental baseados no pluralismo político²⁴ e alguns exemplos de boa governação.²⁵

Mas com a persistente pobreza e o impacto dos conflitos prolongados as acções para democracia em si mesmo não serão suficientes para assegurar a paz sustentável e segurança na região e consequentemente a integração regional. Vai ser necessário ter em conta as necessidades de segurança geral das pessoas como parte da democratização na África Ocidental, e a ligação entre o político e o económico deve ser reconhecido como a base para criação de uma política segura tanto no nível nacional como regional.

As iniciativas da CEDEAO, visando garantir a democracia nos Estados membros através da ECOMOG, são realmente um aspecto que tem contribuído importantemente para propagar a ideia de se buscar a todo custo promover a estabilidade política na região, imprescindível para qualquer aspiração de desenvolvimento económico e de integração regional (Kosler e Vogl, 2009).

²³ Investigador e Diplomata cabo-verdiano, à PANA, no âmbito do Fórum sobre o Papel e o Lugar de África na Governação Mundial, realizado em Pana, Dakar, (acedido a 31/7/09).

²⁴ Ex. Em 2007, um total de 10 Estados da região conduziu eleições democráticas.

²⁵ Cabo Verde, destacado pela secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, de passagem a ao país, no âmbito do seu périplo a sete países africanos) (Jorge Heitor, Jornal Público, 14.08.2009).

Capítulo III

3. A NATUREZA EFECTIVA DA INTEGRAÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO

3.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DE CABO VERDE

Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, são várias as razões que levam um país a integrar-se num determinado bloco regional. No caso de Cabo Verde, devido às suas características peculiares, torna-se pertinente percebermos qual é a natureza efectiva da sua inserção na CEDEAO, tentando apurar quais foram as motivações, as condições, as vantagens e desvantagens desta integração, sendo este o principal objectivo deste trabalho. Para isso, segue-se uma caracterização geral do país, necessária para compreender melhor as suas dinâmicas, os seus trajectos e as forças que terão levado o país a enveredar-se pela integração na sub-região, seguido da análise do processo de integração na comunidade.

A República de Cabo Verde é um arquipélago situado a 455 quilómetros a oeste do Senegal, na África Ocidental. O arquipélago de Cabo Verde composto por dez ilhas, está geograficamente dividido em dois grupos: o Barlavento e o Sotavento. As ilhas de Cabo Verde são de origem vulcânica, semelhante às outras ilhas do grupo da Macaronésia (Açores, Canárias e Madeira).

Fortemente influenciado pelos ventos Alísios do Norte, apresenta um clima temperado e seco excepto no verão que é quente e húmido. Integrado na região do Sahel devido à extensão do deserto de Sahara, sofre no entanto de algumas vulnerabilidades, se não vejamos: é insular e fortemente afectado pela desertificação, pela irregularidade da sua pluviosidade e pela escassez de recursos naturais. No entanto, é compensado pela sua situação geoestratégica (na encruzilhada dos três continentes, como uma porta aberta ao Atlântico, que lhe confere prestígio e lhe possibilita relacionar com os mais prestigiados parceiros internacionais) e por uma população com um elevado índice de escolarização e de alfabetização.

As ilhas de Cabo Verde foram “descobertas” pelos portugueses em 1460, e segundo a maioria dos historiadores, seriam ilhas desabitadas. O povoamento de Cabo Verde foi feito de escravos trazidos do continente africano²⁶ e hoje, a maioria dos cabo-verdianos são uma mistura de origem africana e europeia. O crescimento demográfico

²⁶ Para aprofundar esta questão da história de Cabo Verde, ver também, “Cabo Verde na rota da internacionalização, Grupo de Cooperação de Língua Portuguesa do Instituto Internacional de Caixas Económicas”, 1994.

em Cabo Verde tem sido relativamente acelerado. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, o país contava em 2009 com cerca de meio milhão de pessoas (499.796 habitantes). A população continua a ser maioritariamente feminina, numa proporção de (52%) mulheres para (48%) homens; marcadamente jovem, com uma média de idade de 23 anos. Muitos cabo-verdianos emigram, estima-se que existem pelo menos tantos ou mais, no exterior do que no país. A população é hoje mais urbana (59,8%) do que rural (40.24%). A cidade da Praia é a capital do país, com 150.102 pessoas em 2008, fica situada na ilha de São Tiago onde se concentra 54.4% da população do país. Com uma taxa de crescimento anual de 2.4%, é previsível, a manter-se a taxa, que a população atinja os 567.000 habitantes em 2015. Quarenta por cento das 93.975 famílias de Cabo Verde são encabeçadas por mulheres. Em 2006 os agregados familiares eram constituídos, em média, por 4,9 membros (5 no meio rural e 4,5 no meio urbano). Em 2008, o índice de fecundidade (filhos/mulher) foi de 2,88. A taxa de reprodução é de 1,4 e a idade média de fecundidade de 27,8 anos. A esperança de vida dos cabo-verdianos é de 71 anos (67 para homens; 75 para as mulheres).

3.1.1. CONTEXTO POLÍTICO: A DEMOCRACIA EM CABO VERDE

Segundo Larry Diamond, da universidade de Stanford, a democracia é um sistema político para a escolha e substituição do governo através das eleições livres e justas; a participação activa das pessoas, como cidadãos, na política e na vida cívica; defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos; um Estado do Direito, em que as leis e procedimentos se aplicam igualmente a todos os cidadãos.²⁷

Segundo o Dicionário da língua portuguesa online, a democracia é um sistema político fundamentado no princípio de que a autoridade emana do povo (conjunto de cidadãos) e é exercida por ele ao investir o poder soberano através de eleições periódicas livres, e no princípio da distribuição equitativa do poder; país em que existe um governo democrático; governo da maioria; sociedade que garante a liberdade de associação e de expressão e na qual não existem distinções ou privilégios de classe hereditários ou arbitrários.²⁸

Levando essas duas definições para o sistema político actual cabo-verdiano e tendo em conta as alíneas 1 e 2 do Artigo nº 2 da Constituição da República de Cabo Verde podemos afirmar que Cabo Verde é um Estado de Direito Democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política

²⁷ Disponível no site: <http://www.stanford.edu/~ldiamond/iraq/WhatsDemocracy012004.htm>.

²⁸ Definição da democracia segundo dicionário da língua portuguesa online, disponível no site http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx.

democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; a República de Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana do governo, a democracia pluralista, a separação e interdependência dos poderes, a separação entre as igrejas e o Estado, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da administração pública.

Desde a altura da sua independência do regime Português em 1975, houve uma tentativa de se criar uma nação conjunta com a Guiné-Bissau, mas as relações tornaram-se tensas e tal não foi possível. Contudo, a pressão crescente para a democracia conduziu logo às primeiras eleições multipartidárias em Janeiro de 1991, com base na constituição de 1980, que instituiu o partido único e revisado em 1990 para introduzir o multipartidarismo e em 1992 para conformá-la na totalidade com os valores da democracia multipartidária.

Cabo Verde tornou-se então, desde 1990²⁹ numa democracia parlamentar, com dois grandes partidos competindo para o poder por vias eleitorais: o PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde), partido actualmente no poder, e MpD (Movimento para Democracia), principal partido de oposição. Eleições subsequentes já se realizaram, em 1996, 2001 e 2006 mas sempre num ambiente democrático e pacífico. Aliás, a universidade da Conventry, do Reino Unido, elaborou um estudo sobre a democracia cabo-verdiana, onde se constatou a elevada maturidade democrática de Cabo Verde e a facilidade com que se aceitam os resultados eleitorais (Silveira, 2005).

Para além dos dois principais, existem outros partidos políticos de oposição, actualmente activos na política de Cabo Verde, tais como: UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática, PTS (Partido de Trabalho e da Solidariedade), PDC (Partido Democrático Cristão), PRD (Partido da Renovação Democrática) e PSD (Partido Social Democrático). Assim como, cerca de seis agrupamentos políticos chamados de "Grupos de Cidadãos", que estão autorizados pela Comissão Nacional de Eleições a apresentar candidatos em determinados Círculos Eleitorais (a nível de Conselho). Razões suficientes para afirmar que Cabo Verde tem uma democracia muito activa, até porque há liberdade de expressão, de imprensa, as igualdades de

²⁹ As reformas políticas foram estabelecidas em 1990, em decorrência de pressões por parte de círculos académicos e da Igreja, que possibilitaram a primeira eleição presidencial livre no país, em 1991. Foram eleitos Carlos Veiga e António Mascarenhas Monteiro, pelo MpD - Movimento para a Democracia, para Primeiro-Ministro e Presidente, respectivamente. O sistema multipartidário foi oficializado na Constituição de 1992. O Primeiro-Ministro Veiga e o Presidente Mascarenhas Monteiro foram ambos reeleitos em Fevereiro de 1996, para mais um mandato de cinco anos.

direitos estão assegurados; existe, hoje, em Cabo Verde, um importante leque de instituições e organizações não governamentais que se preocupam com a problemática dos direitos humanos e que constituem uma garantia segura de aprofundamento da democracia e dos direitos humanos.

Hoje, Cabo Verde é uma democracia em consolidação, com uma vitalidade evidente, apostando na sua modernização, integrado na economia mundial e prosseguindo um desenvolvimento humano sustentado, isto é, a realização dos direitos dos seus cidadãos. Cabo Verde deixa de pertencer ao grupo de Países Menos Avançados (PMA) e ascende à condição de País de Desenvolvimento Médio (PDM) mérito do povo cabo-verdiano, dos sucessivos governos e das instituições, pequenas e grandes que formam o Estado e a sociedade. O nível de desenvolvimento atingido nestas dez ilhas é fruto de trabalho árduo e de muitos sacrifícios, que enche o seu povo de orgulho.

É com clara consciência dos riscos e dos desafios que, assim como ontem na luta pela independência e pela reconstrução do país, o governo e a sociedade se preparam para essa nova etapa, cientes de quanto maior for o desafio, mais aliciante se torna. Desde a independência, em 1975, o Estado de Cabo Verde tem funcionado sem surpresas e sem recursos a profundas reorganizações sociais, num quadro de matriz cultural e institucional marcadamente ocidental. Isto ajuda a melhor apreender em extensão e profundidade, os factores de sustentação da democracia de Cabo Verde.³⁰ Essas três décadas de vida política autónoma, dos quais a primeira metade em regime de Partido Único e a outra em regime de democracia pluralista, oferecem resultados que convergem para relevar o forte substrato ocidental da cultura política e institucional em Cabo Verde (Silveira, 2005).

3.1.2. INTEGRAÇÃO REGIONAL: ELEMENTO CONSTITUTIVO DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE

A temática da integração regional é sem dúvida actual e crucial para uma visão mais clara das opções estratégicas de um país, arquipélago como Cabo Verde e das suas prioridades em termos de política externa, num mundo cada vez mais global.

Com a Independência de Cabo Verde em 1975, os governantes envidaram esforços no sentido da resolução dos problemas enfrentados pela população. Para o efeito, políticas e estratégias foram definidas, tendo como filosofia de base evitar o desperdício dos recursos, rentabilizar o trabalho humano e coordenar esforços e iniciativas mediante um ponto de vista do conjunto que levasse a bom termo os

³⁰ Cabo Verde ocupa hoje uma posição de destaque, no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*, em relação aos outros países da mesma região. Ver o índice geral da democracia disponível em www.eiu.com/democracyindex2008.

objectivos fixados. Essas políticas e estratégias começaram a ser traduzidos em planos, a partir de 1982, com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (82-86), e a partir daí muitos outros planos e estratégias foram levados a cabo, instrumentos que permitem um ordenamento coerente dos objectivos fixados bem como a sua avaliação.

A integração regional e a União Africana foram elementos constitutivos da nossa política externa desde a nossa independência porque cedo compreendemos que a solidariedade dos outros países africanos era indispensável para a consolidação da nossa novel soberania e para preservarmos os nossos primeiros passos na arena internacional, ajudando a eliminar os últimos redutos coloniais no continente. A CEDEAO por seu turno, sempre constituiu um palco de referência da nossa política externa, tendo neste âmbito, feito integrar no nosso ordenamento jurídico um conjunto de convenções, designadamente, sobre a livre circulação de pessoas e bens.

Tendo presente o quadro de particularidades enfrentadas pelo arquipélago, os governos cabo-verdianos parecem ter ganhos a consciência de que a inserção do país na economia mundial, factor de extrema importância para o seu desenvolvimento, indubitavelmente implica um maior esforço de inserção do país no plano sub-regional, potenciando algumas vantagens proporcionadas pela integração regional, e ajudando a enfrentar os desafios trazidos pela globalização (As Grandes Opções do Plano).

A política externa constitui um domínio de capital importância para Cabo Verde, considerando a grande abertura externa da sua economia, designadamente a sua forte dependência da cooperação pública para o desenvolvimento, e sem esquecer os fortes laços existentes entre os cabo-verdianos residentes no país e aqueles que estão espalhados pelo mundo. (Programa de Governo).

Neste sentido, os sucessivos governos cabo-verdianos têm preconizado uma política externa baseada nos recursos diplomáticos do país, e no desenvolvimento de relações e parcerias com os mais diversos organismos internacionais e regionais.

A República de Cabo Verde é membro, nomeadamente, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da União Africana (UA) e da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como da maioria das suas agências especializadas, de entre as quais se destaca o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Integra a Organização Mundial do Comércio (OMC) desde Julho de 2008 (AICEP, 2009).

A nível regional, Cabo Verde é membro, para além da CEDEAO, da Organização de Cooperação da Lusofonia: PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) - que tendo como intuito estabelecer laços de solidariedade entre os países membros, é hoje mais um instrumento político ao serviço da paz, da estabilidade e da segurança entre os Estados membros. Embora tem servido grandemente para o apoio aos menos

favorecidos, na consolidação do seu desenvolvimento ou para fazer face às crises, as relações sendo mais fáceis entre dirigentes, o diálogo permanente e a parceria impregnada de respeito, igualdade de vantagem e solidariedade.

Com a criação da CPLP que reagrupa os cinco mais Brasil, Portugal e Timor, os países ganharam mais um palco de diálogo, intercâmbio político e de cooperação benéfico para todos. Unidos pela língua, história e vontade de juntos criarem as condições necessárias para a defesa de interesses comuns. Para Cabo Verde, a CPLP é um instrumento essencial na sua política de aproximação com a União Europeia, tendo estabelecido já, uma parceria estratégica com este último, e no desenvolvimento das suas relações multifacetadas com o Brasil, país emergente da maior importância.

O país pertence a Organização Internacional da francofonia, e trabalha no sentido de diversificar as suas relações nomeadamente com os EUA, a China, etc., de forma a fazer valer da sua estratégia maior, que é sua situação geográfica.

Cabo Verde tem estado a cooperar com as ilhas Canárias (Espanha), as ilhas da Madeira e Açores (Portugal). Em conjunto, estes quatro formam a Macaronésia. O país pertence ainda ao CILSS (Comité Inter-Estado para a Luta contra a Desertificação), ao MNA (Movimento dos Países Não Alinhados), a Convenção dos ACP e outras organizações como a AOSIS (Aliance of Small Island States) ou PEID, que reagrupam os pequenos Estados insulares.

Essas organizações permitem nos defender pontos de vista comuns na arena regional ou internacional e sermos ouvidos sobre questões de interesse global (Cabral e Furtado, 2008).

3.2. QUADRO MACROECONÓMICO GLOBAL

Segundo o African Economic Outlook (2009), Cabo Verde apresentava um PIB real *per capita* de US\$3.634 em 2008. O que corresponde a uma evolução bastante significativa a partir dos US\$190 na data da independência (1975), dos US\$902 observados em 1990 e dos US\$1.420 (2002). A taxa de crescimento do PIB em 2008 foi de 5.9%, face aos 6.7% registados em 2007, um ligeiro abrandamento que segundo o Banco de Cabo Verde, se explica pelo contexto de forte desaceleração da actividade económica mundial e da forte conexão da economia cabo-verdiana, particularmente, com a economia da zona euro.

Os dados das contas nacionais apresentados pelo INE, demonstram que a economia do país está cada vez mais concentrada e vocacionada para os serviços e isso nota-se de ano para ano, porque se regista uma maior dinâmica e crescimento neste sector,

e o seu predomínio como o principal motor do crescimento do PIB, tal como se apresenta no gráfico a seguir.

O sector terciário (serviços) que representava 60.6% do PIB em 1990 e 65.8% em 2000, cresceu em 11,6%, em 2007, sendo que em 2006, o crescimento tinha-se registado nos 10,4% (1.2 p. p. acima). Os serviços que mais contribuíram para esta subida foram os da hotelaria e restauração e o comércio que apresentaram maior percentagem de crescimento. O comércio registou 10,6% contra os 1,9 de 2006, e os hotéis 45,9% contra os 40,1%. Neste sector, a maior descida registada vai para os transportes e telecomunicações que registou 7,7% de crescimento em 2007, contra os 17,3% confirmados em 2006.

Com esta performance de crescimento, o sector dos serviços foi responsável por mais de 70% do PIB do país em 2007. O comércio e os transporte e telecomunicações são os que apresentam as percentagens mais altas com 19.5 e 19.6%, respectivamente. De seguida apresentam-se a construção e a administração pública com 11.2% e 10.6% e, finalmente os hotéis e restaurantes com 7.6% e os serviços financeiros com 3.2%. O sector terciário assume assim, importância capital na geração do emprego tendo em conta que grande parte da população activa encontra-se neste sector, apresentando também maior propensão à atracção de investimentos privados.

Por outro lado, verifica-se uma estagnação na indústria, que depende principalmente da construção e de alguma produção manufactureira, e um recuo na posição relativa da agricultura, sobretudo devido à existência de poucos recursos naturais, a escassez de água, onde somente 10% da terra é arável, o que faz com que os sectores primário e secundário tenham vindo a perder o seu peso relativo na estrutura do PIB do país.

Relativamente ao sector primário, que representava 14.5% em 1990 e 9.7% em 2000, registou uma performance no PIB de apenas 6.1% em 2007. Ano em que o país cresceu 1,3%, contra os 2,1% registados em 2006, sendo que as pescas e as indústrias extractivas foram os que mais baixaram e a agricultura e pecuária subiram em 0,6%, quando comparadas com o ano transacto.

O sector secundário, (a construção, a indústria e energia), que vinha ganhando algum terreno, atingiu o seu máximo histórico em 1996 (20.2%), foi o que sofreu um maior abrandamento, representando apenas 15.9% do PIB em 2007. Ano em que cresceu apenas 4.0%, contra os 13.8% registados em 2006. O que se explica por um abrandamento da construção, e por uma consequente diminuição da extracção de inertes.

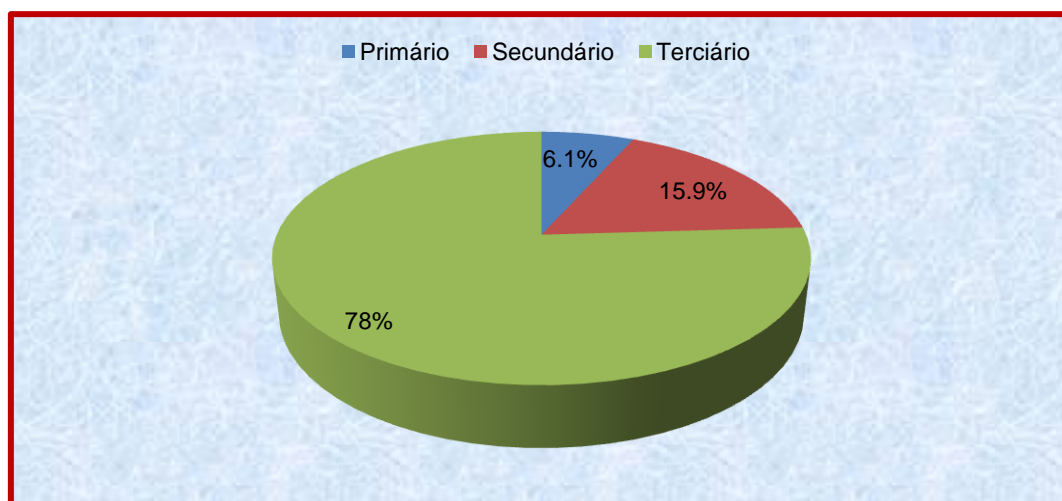


Gráfico 1 - Repartição do PIB por Sector de Actividade em 2007 (%)

Fonte: INE

Por ser um pequeno Estado, e devido às irregularidades enfrentadas pelo arquipélago, a economia de Cabo Verde tem um elevado grau de abertura ao exterior, com forte dependência do comércio e da ajuda externa, assim como das remessas dos emigrantes que estão na diáspora, enquanto principais fontes de financiamento. A economia cabo-verdiana é assim caracterizada como sendo “economia MIRAB³¹” com algumas características de economia de serviços.

Conforme se pode ver no quadro abaixo, Portugal continua a ser o principal país de proveniência das remessas de emigrantes, representando esses fluxos 2.4% do PIB em 2008. As remessas, como mostra o quadro 6, com origem na França e nos EUA tiveram também um peso importante no total das remessas, representando em 2008 1.7 e 1.1% do PIB respectivamente.

Quadro 6 - Evolução das Remessas dos Emigrantes em % do PIB

	2006	2007	2008
E.U.A.	2.0	1.5	1.0
P. Baixos	0.9	0.9	0.9
França	2.4	2.0	1.7
Portugal	3.0	2.7	2.4
Outros	2.1	1.8	1.8
Total	10.4	8.8	8.0

Fonte: BCV

³¹ A expressão "economia MIRAB" tem sido utilizada como designação para as economias cujo funcionamento se baseia nos fluxos de remessas de emigrantes e de ajuda pública ao desenvolvimento. O termo "MIRAB" deve-se a G. Bertram e R. Watters e corresponde a um acrónimo em que MI significa migrações, R remessas, A ajuda e B burocracia (acção do Estado).

Quanto ao peso da ajuda externa na estrutura do BIP foi de 4.8%. em 2007. Valor esse que segundo o Banco de Cabo Verde, representa um forte sinal da redução do peso da ajuda em relação ao PIB, quando nos últimos anos, a ajuda estagnou-se à volta dos 11%, enquanto que para os anos 90, a média era de 22.1%

3.2.1. COMÉRCIO EXTERNO

Devido à fragilidade da estrutura produtiva cabo-verdiana, bem patente no saldo negativo crónico da balança comercial, o qual se foi agravando ao longo dos anos, o país tem uma forte dependência do abastecimento externo, sobretudo a nível de produtos alimentares e bens de equipamentos (Grassi, 2003). A produção nacional cobre apenas 10 a 12% das necessidades de produtos alimentares, sendo o resto garantido através das importações.³²

Os dados provisórios do comércio externo, apurados pelo INE, indicam que em 2008, o montante total das importações, das reexportações e das exportações de bens cresceram em relação ao ano anterior em 3,4%, 42,1% e 71,9% respectivamente. Deste modo, no período em análise, o défice da balança comercial sofreu um agravamento de 1,6% enquanto a Taxa de Cobertura que em 2007 foi de apenas 2,6%, melhorou em 2008, passando para 4,3%.

Quadro 7 - Evolução do Comércio Externo de Cabo Verde 2001-2008. (Ver anexo 6 com valores em mil contos)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Evolução (1)
Exportação Nacional	100	103.16	101.25	112.16	131.14	152.62	129.23	222.15	71.9
Reexportação	100	95.63	218.20	308.79	393.42	489.30	482.78	686.22	42.10
Importação	100	112.19	113.48	126.07	127.50	155.85	196.99	203.78	3.40
Balança Comercial ⁽²⁾	100	112.56	113.98	126.64	127.35	155.99	199.76	203.03	1.60
Taxa de Cobertura ⁽²⁾	3.9	3.60	3.60	3.50	4.00	3.60	2.60	4.30	*

Nota: (reexportação) - exportação de mercadorias já importadas anteriormente; (taxa de cobertura) - % das importações que é coberta pelas exportações. Define-se pelo quociente entre as exportações e as importações. (1) - Últimos dois anos (%); (2) - Referem-se somente a exportação nacional;

Fonte: INE

Como se pode ver no gráfico a seguir, o pescado, o vestuário e o calçado continuam a ser os primeiros produtos de exportação, tendo o montante das exportações de pescado, triplicado em 2008 relativamente ao ano anterior. É por isso que na estrutura das exportações desse ano, 61% corresponde ao pescado. O vestuário e calçado

³² Este facto deve-se por um lado, à inexistência dum forte sector exportador que não consegue atenuar o défice comercial e, por outro lado, por um ávido sector importador, carente em bens de consumo, quer alimentares quer intermédios, e de equipamentos.

tiveram evoluções negativas em 2008 baixando em 8,0% e 12,4% respectivamente, comparado com 2007.

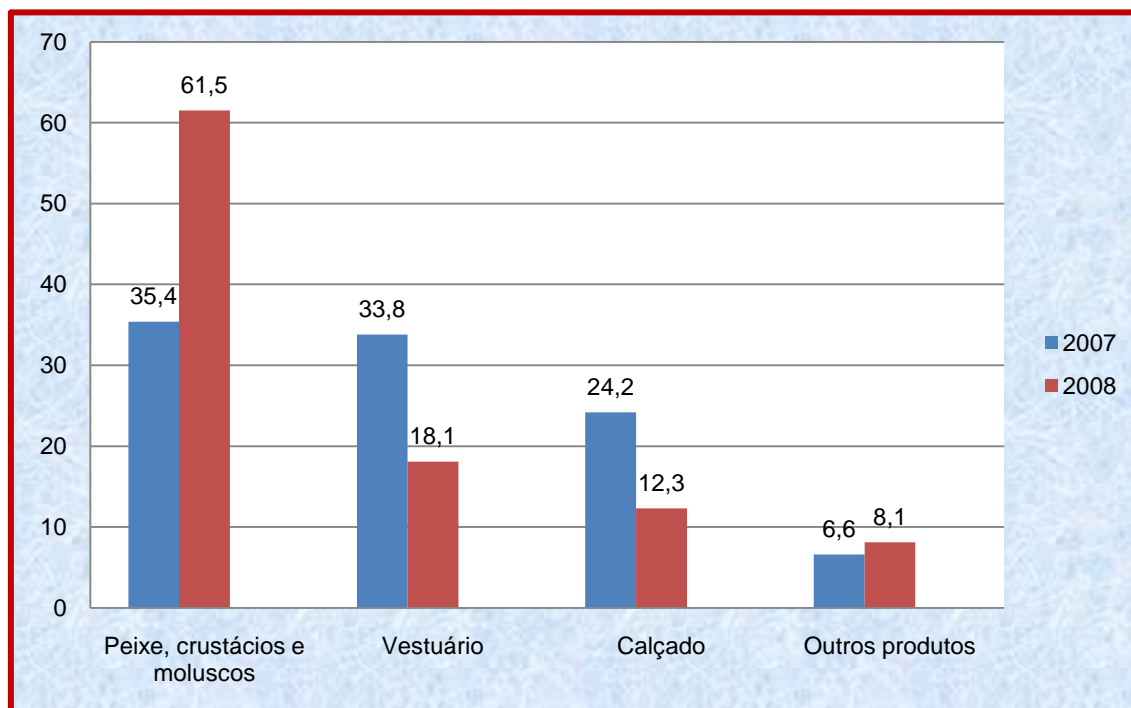


Gráfico 2 - Evolução da Estrutura das Exportações dos Principais Bens (%) 2007-2008

Fonte: INE

Relativamente à evolução do peso do comércio externo por zonas económicas e principais países de destino, é claro o predomínio da Europa, como maior parceiro de Cabo Verde, tendo mesmo reforçado a sua posição em termos de importância relativa (79,2% em 2007, contra 88,5% em 2008). Portugal foi o principal país Europeu de destino das exportações cabo-verdianas, com 48,9% do total dessa Zona, e o maior cliente de Cabo Verde com 43,3% do total das exportações em 2008.

As exportações cabo-verdianas para os continentes Americano e Asiático caíram drasticamente em 2008 com reflexos directos na estrutura da repartição espacial dessas mesmas exportações; ou seja, se em 2007 representavam respectivamente 5,3% e 7,7% no total das exportações, em 2008 ficaram-se pelos 0,3%, como se depreende do quadro abaixo.

Já o continente Africano melhorou a sua posição passando a representar 8,7% na estrutura das exportações, em 2008, contra os 7,9% de 2007, o que correspondeu a uma evolução muito positiva do montante das exportações para essa zona económica. As exportações de Cabo Verde para os Estados Unidos, Marrocos e Japão, países que se têm destacado como clientes de Cabo Verde nas zonas económicas em que se inserem, foram, em 2008, inferiores às do ano anterior, tendo estes países adquirido

0,3%, 2,5% e 0,3% do total das exportações nesse ano, contra 1,4%, 7,3% e 7,3% do ano transacto.

Quadro 8 - Exportações de Mercadorias por Zonas Económicas e Principais Países de Destino: 2007 e 2008. (unidade mil contos)

Anos	2007		2008	
ZePP	Valor	%	Valor	%
Europa	1229	79.2	2361	88.5
Portugal	902	58.1	1154	43.3
Espanha	322	20.8	916	34.3
Outros	4	0.3	291	10.9
América	82	5.3	9	0.3
EUA	22	1.4	9	0.3
El Salvador	60	3.9	0	0.0
Outros	0	0.0	0	0.0
África	122	7.9	232	8.7
Marrocos	113	7.3	66	2.5
Outros	9	0.6	166	6.2
Ásia	114	7.3	9	0.3
Japão	114	7.3	9	0.3
R. Mundo	5	0.3	57	2.1
Total	1552	100	2667	100

Fonte: INE

Como se pode ver no quadro abaixo, a apreciação do comportamento das importações de Cabo Verde em 2008, confirma igualmente, que o continente Europeu continua a ser a principal zona de proveniência de mercadorias que entram nas fronteiras cabo-verdianas, tendo o seu peso relativo aumentado 1p.p. (80,6% em 2008 e 79,6% em 2007).

Portugal, Países Baixos, Espanha, Brasil, Japão, Alemanha e França foram os principais parceiros comerciais de Cabo Verde em 2008, no concernente às importações; Sendo responsáveis por cerca de 80,8% do montante total das importações de Cabo Verde nesse ano, contra os 77,6% do ano transacto.

Relativamente ao montante das importações provenientes da América, em 2008 registou-se decréscimo de 2,0%, face ao ano anterior. Brasil foi dos países americanos, aquele que mais exportou para Cabo Verde com 68,1% do total da citada zona. A Ásia, com 7,1% do total das importações, teve o seu peso relativo diminuído

de 0,7 pp. em relação ao ano de 2007. O Japão e a China continuam a ser, no grupo dos países Asiáticos, aqueles que mais exportaram para Cabo Verde.

A África continua a ser uma Zona Económica de reduzida proporção das importações cabo-verdianas e o parceiro, que menos peso representa no seu comércio externo, com apenas 2,5% e 2,7%, em 2007 e 2008 respectivamente, do total das importações do país. A parcela mais importante das trocas comerciais coube ao Marrocos, Senegal e Costa do Marfim com 60,0% do total das aquisições provenientes dessa zona, em 2008, como ilustra o quadro a seguir.

Quadro 9 - Importação por Zonas Económicas e Principais Países de Origem: 2007 e 2008 (unidade mil contos)

Anos	2007		2008	
ZePP	Valor	%	Valor	%
Europa	47875	79.6	50141	80.6
França	5779	9.6	1233	2.0
P.Baixos	6894	11.5	9062	14.6
Alemanha	1254	2.1	1551	2.5
Portugal	24037	40.0	28336	45.6
Espanha	2771	4.6	4273	6.9
Outros	7139	11.9	5686	9.1
América	5520	9.2	5411	8.7
Brasil	3735	6.2	3687	5.9
EUA	924	1.5	590	0.9
Outros	859	1.4	1134	1.8
África	1505	2.5	1672	2.7
Guine Equat.	431	0.7	106	0.2
África do Sul	183	0.3	155	0.2
Costa Marfim	293	0.5	284	0.5
Senegal	270	0.4	356	0.6
Marrocos	146	0.2	363	0.6
Outros	182	0.3	408	0.7
Ásia	4718	7.8	4407	7.1
Japão	2188	3.6	2131	3.4
China	963	1.6	1041	1.7
Tailândia	1113	1.9	952	1.5
Outros	454	0.8	284	0.5
R. Mundo	501	0.8	560	0.9
Total	60119	100.0	62191	100.0

Fonte: INE

O gráfico abaixo mostra o peso dos dez principais produtos importados em 2007 e 2008. Estes produtos representam 56.0% do montante total das importações do país em 2008, aumentando 2.5 pp. face ao ano 2007. Esta subida deveu-se sobretudo ao produto "ferro e suas obras" que foi o segundo maior produto importado nesse ano em termos do total das transacções, correspondendo a um aumento em 2.2 pp. no peso que esse mesmo produto registou em 2007.

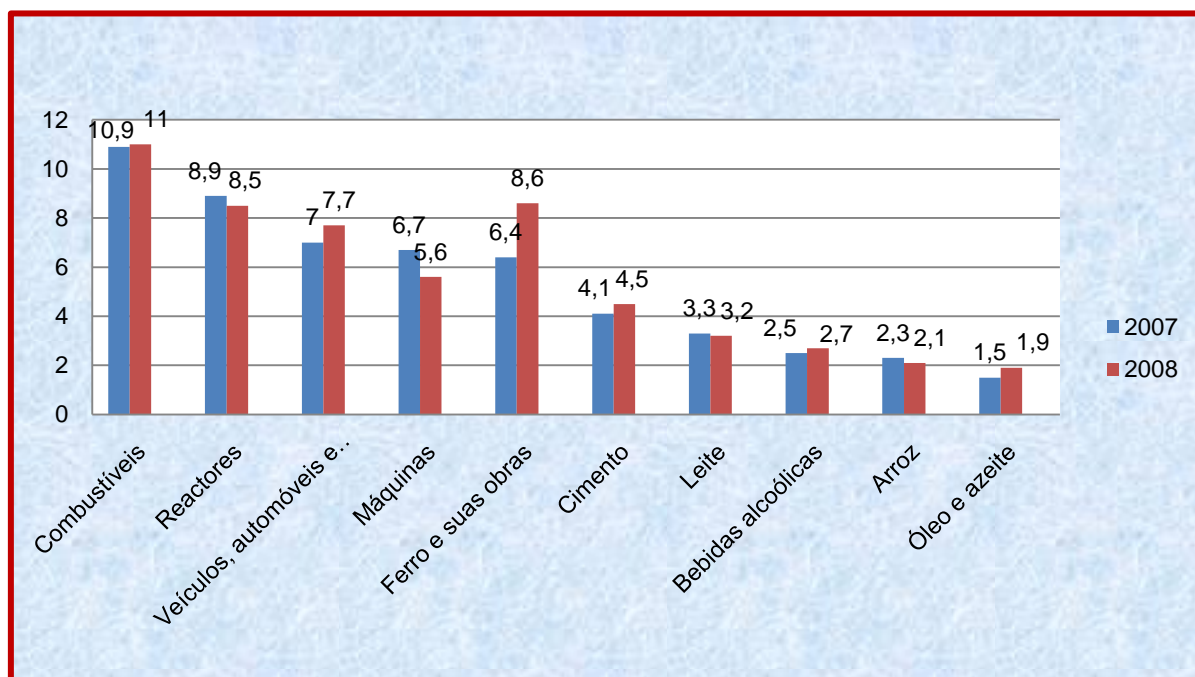


Gráfico 3 - Peso dos dez Principais Produtos Importados em 2007 e 2008 (%)

Fonte: INE

3.2.2. A PARTICIPAÇÃO DA CEDEAO NO COMÉRCIO EXTERNO DE CABO VERDE

Conforme já tivemos a oportunidade de verificar anteriormente, as transacções comerciais intra-africana continuam sem expressão, o que demonstra o fraco nível de integração regional, factor de capital importância para o desenvolvimento das economias da região, essencialmente confrontadas com os produtos de base agrícolas (algodão, cacau, café), mineiros e petróleo, e o sector dos serviços, essencialmente o comércio está virado para o exterior.

As trocas comerciais na sub-região oeste - africana, por sua vez, reflectem em certa medida o estágio de desenvolvimento das economias dos países membros, que continuam sendo pouco diversificadas e pouco complementares. Cabo Verde não tem as mesmas preocupações económicas e o comércio continente ilhas é por conseguinte, marginal. Realidade notória na dinâmica das transacções comerciais com

os países da sub-região, que usando a analogia de Cabral e Furtado (2008), chega a reflectir a fatia de África no comércio mundial (ver gráficos 4 e 5).

As nossas importações e exportações com a sub-região restringem-se a muito poucos itens da nossa pauta de comércio exterior.

Se por um lado, o país acaba por não encontrar nesses mercados, os principais produtos de que precisa, por outro, os meandros burocráticos para a exportação de produtos, na realidade são complexos, penosos e dependentes em larga medida do irregular transporte. É mais fácil exportar para os EUA ou Europa (Cabral e Furtado, 2008).

Como se pode ver no gráfico abaixo, as importações dos países da sub-região representaram em 2007, apenas 1.45% das importações totais do país. Analisando o histórico das transacções comerciais com a sub-região, o ponto mais alto se verificou em 2003, em que o país importou da sub-região 4.2% do total das suas importações.

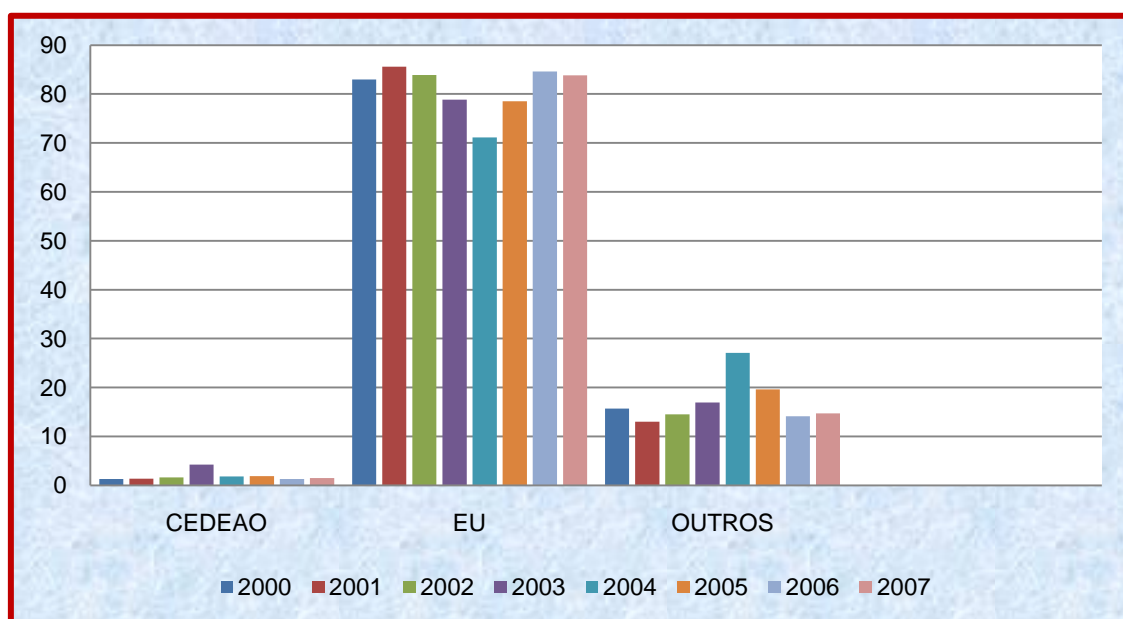


Gráfico 4 - Evolução das Importações de Cabo Verde em % (2000-2007)

Fonte: DGA

Segundo o Sistema Harmonizado fornecido pela INE, os produtos importados da Sub-região são na sua maioria, produtos do reino vegetal como diversos tipos de óleo, produtos minerais, madeiras, carvão vegetal e obras de madeira, cortiça e suas obras, calçados, máquinas, acessórios para veículos e automóveis, aparelhos de gravação, etc. Portanto, produtos que no geral não se inserem no leque dos principais produtos importados pelo país (ver gráfico 3).

Os produtos exportados para a sub-região são na sua maioria, produtos das indústrias alimentares, bebidas líquidos alcoólicos e vinagre, tabaco e seus sucedâneos

manufacturados. Animais vivos e produtos do reino animal. Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas, matérias testeis e suas obras, produtos minerais (cascalhos, pedras britadas, etc.).

As exportações para a CEDEAO são praticamente nulas, menos de 1% nos últimos anos e com tendência para um certo abrandamento. Analisando a evolução desde 1990, o ponto mais alto registou em 2006, em que a sub-região acarretou cerca de 4% das exportações do país, conforme se pode ver no gráfico a seguir.

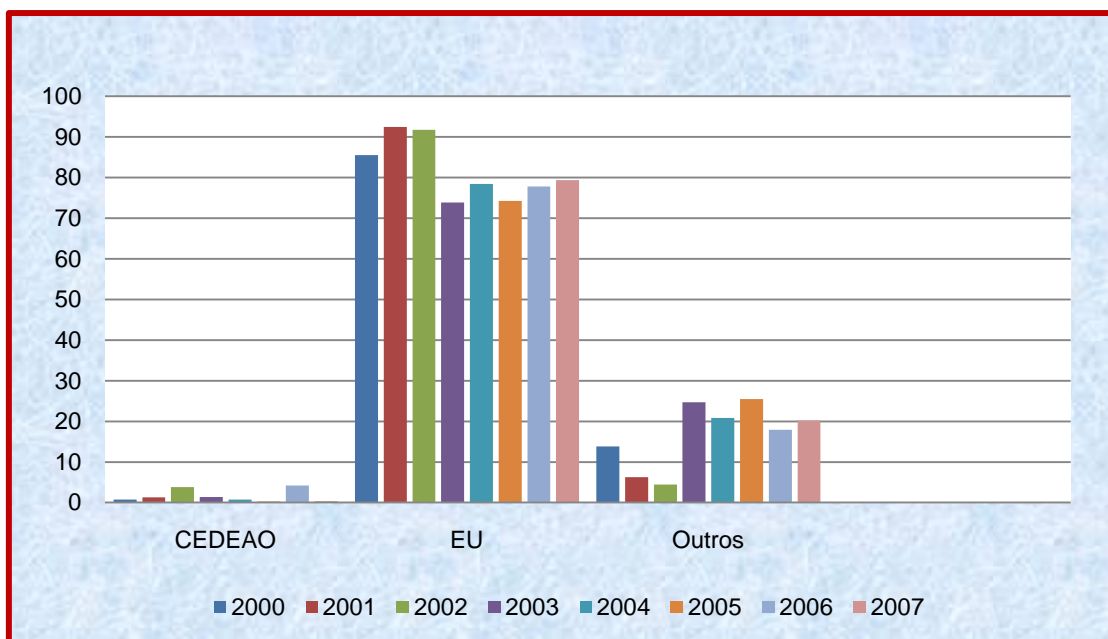


Gráfico 5 - Evolução das Exportações de Cabo Verde em % (2000-2007)

Fonte: DGA

Os principais parceiros de Cabo Verde na sub-região são Costa do Marfim e Senegal, conforme foi visto no quadro 9.

Segundo Cabral e Furtado (2008) as probabilidades de exportarmos para a sub-região são e continuarão a ser adversas, na medida que os nossos produtos industriais, a existirem, mesmo que montados nas zonas industriais, serão pouco competitivos devido aos nossos elevados custos de produção (energia e água cada vez mais caras devido à subida do preço de petróleo, mão de obra mais remunerada e uma permanente indefinição de qual será a nossa vocação exportadora). No entanto, vale a pena acreditar que o volume monetário das transacções informais com a sub-região seja significativo. Algo que não chega a ser devidamente controlado, incluindo as transferências de invisíveis correntes. Aqui temos que realçar que a economia informal é um motor importante da sub-região e a movimentação de *rabidantes* cabo-verdianos que vão à sub-região comprar seus produtos para revenderem no país é significativo.

CAPÍTULO IV

4. O PROCESSO DE ADESÃO DE CABO VERDE À CEDEAO

4.1. ASSINATURA DO TRATADO

A CEDEAO foi fundada em Lagos, a 28 de Maio de 1975, um pouco antes de Cabo Verde se tornar um Estado independente, sendo a independência proclamada a 5 de Julho de 1975, isto é: 38 dias depois da criação da CEDEAO.

Os territórios sob o domínio colonial beneficiavam do estatuto de membros observadores em várias organizações internacionais, antes de serem Estados independentes. Os movimentos de libertação, reconhecidos, então, como únicos representantes dos povos que lutavam pela independência tinham assento nesses diversos organismos.

Cabo Verde após a obtenção do estatuto de Estado independente, entrou como membro de pleno direito, nas organizações multilaterais como a ONU, a OUA e em outras organizações internacionais relevantes. Relativamente à CEDEAO não foi diferente. O país subscreveu o tratado constitutivo da CEDEAO em 1977, aproximadamente dois anos após a independência e a criação da Comunidade. O Parlamento cabo-verdiano ratificou o documento do Tratado, 4 anos após a sua subscrição, criando, com essa decisão, todas as condições para a plena adesão do país à Comunidade. Contudo, o documento ratificado apenas foi depositado em 1984, e, a partir dessa altura, o nosso país passou a ser membro de pleno direito, pelo menos do ponto de vista formal, da CEDEAO. Foi uma adesão plena, sem qualquer restrição. Mas claro, tendo sempre a ressalva do Artigo 68 da carta de Abuja (ver anexo 7), que prevê algumas prerrogativas aos Estados insulares.³³

4.1.1. MOTIVAÇÕES E CONDIÇÕES DA ADESÃO

A continuação de Cabo Verde na CEDEAO tem sido alvo de algum debate por parte dos dirigentes políticos e da opinião pública cabo-verdiana e as opiniões não têm sido unânimes.

Quanto às razões que estiveram na base da sua adesão à comunidade, pudemos concluir com base na nossa investigação e nas entrevistas realizadas, que parece não existir margem para dúvidas que o critério que presidiu a adesão foi muito baseado

³³ Cabo Verde tem servido desse artigo em várias circunstâncias, nomeadamente: a não aplicação por parte de Cabo Verde da livre circulação prevista no tratado sobre a livre circulação no espaço CEDEAO; o Programa Comunitário de Desenvolvimento (PCD) e a Tarifa Externa Comum (TEC), em que CV exige um tratamento especial e diferenciado, alegando a vulnerabilidade que o caracteriza.

nos cenários políticos, geopolíticos e de identidade africana (ver anexo 2). A verdade é que não podemos falar da integração de Cabo Verde na CEDEAO sem antes fazer referência aos propósitos da criação da OUA³⁴, com a finalidade de materializar o projecto político de construção da unidade do continente, idealizado por alguns líderes africanos³⁵. Ora, é justamente, na decorrência da implementação desse projecto, que surgiu a criação da Comunidade, da qual Cabo Verde faz parte. Daí se pode perceber com nitidez que a principal motivação da organização é estabelecer a cooperação económica entre os países para responder ao imperativo de integração regional. Sendo assim, em tese, as motivações que estiveram na base da adesão de Cabo Verde a CEDEAO não podiam ser de modo algum diferente daquelas que perseguem a própria organização de que faz parte, cuja concordância é a condição mínima para a adesão.

Apesar do intuito de proporcionar a cooperação e integração regional, a CEDEAO teve uma motivação mais de índole política do que económica, mais unidade africana do que integração de mercados, mais solidariedade do que competição com outros espaços económicos propriamente ditos, e a realidade nos têm demonstrado que foi no campo político que mais a comunidade se tem actuado, deixando muito aquém, os objectivos de integração de mercados.

Face aos dados disponíveis, não é difícil de concluir que muito pouco foi feito pelos países membros, em matéria de políticas públicas que materializassem os grandes objectivos do espaço económico então criado. A nível do nosso país, pelo menos nas primeiras décadas após a nossa adesão, os principais instrumentos de política como Programas de Governo e Planos Nacionais de Desenvolvimento, não revelam grandes formulações de políticas comerciais nem no de políticas económicas comuns. Apenas se começa a verificar num documento de políticas, no Programa de Governo, 1986-1990, onde um pequeno parágrafo nos dá conta das intenções de governo, no âmbito da sua política externa e citamos "continuar a participar activamente no esforço de integração e construção da unidade africana, designadamente, através duma acção dinâmica no seio da OUA, da CEDEAO e do CILSS". No aludido documento, mais à frente, no âmbito da política do comércio externo, refere-se a dado passo que "o estímulo da cooperação regional, nomeadamente no quadro da CEDEAO e das relações com os 5 países africanos de língua oficial portuguesa", conduziria eventualmente ao incremento da actividade comercial.

³⁴ A 25 de Maio de 1963 pela carta de Adis Abeba, que cedeu lugar à UA, mediante acto constitutivo assinado em Lomé, a 11 Julho de 2000.

³⁵ A título meramente exemplificativo referimos, numa dimensão binacional ao projecto político de Amílcar Cabral quanto à famosa unidade Guiné-Cabo Verde e num nível mais continental as palavras do presidente Nkrumah: "A África deve unir-se".

Conforme indica Cabral e Furtado (2008), além da Comissão Nacional para as questões da CEDEAO, órgão criado em Março de 1979, com competência para acompanhar as questões relativas à integração, após ter subscrito o Tratado de adesão, Cabo Verde nunca criou qualquer cargo governamental ou ministerial encarregue das questões da CEDEAO, designadamente uma figura responsável pelos dossiers que pudesse conferir coerência às políticas de integração, pudesse acompanhar os desenvolvimentos e as resoluções emanadas dos órgãos da CEDEAO e que pudesse imprimir dinâmica interna às acções, visando a plena integração económica do país.

O passo mais importante que o país deu nesse sentido, foi quando em Junho de 1991, se decidiu nomear o Ministro da Economia e dos Transportes e Comunicações e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, para os cargos respectivamente de Presidente e Vice-presidente da Comissão Nacional para as Questões da CEDEAO. Com essa decisão, Cabo Verde quis dar um sinal da importância da CEDEAO, especialmente em matéria de integração económica, deixando a questão CEDEAO de ser uma matéria exclusivamente de política externa, para passar a estar presente na agenda económica do país.

Contudo, é no programa de governo 1996-2001 que o país assume de forma clara a CEDEAO como uma prioridade da sua política. Quando no referido documento se diz e citamos que "a prioridade da política externa é a integração regional da sub-região Oeste Africana". Para concretizar esse propósito, o documento mais a frente refere que "Cabo Verde estará muito mais activo na organização de vocação regional em particular a CEDEAO e o CILLS numa perspectiva de dinamização e reforço de sua capacidade de intervenção". Parecia despontar uma real vontade política de se assumir de forma inequívoca a CEDEAO, não em termos de proclamação de intenções, mas no plano prático e operacional.

Tudo isso, ajuda-nos a confirmar a nossa posição de partida, de que as motivações iniciais da adesão de Cabo Verde constituem propósitos políticos, pois, o próprio contexto histórico e político em que surgiu o Estado de Cabo Verde justificava uma integração baseada em pressupostos, ainda que meramente geográficos e de reconhecimento pelo apoio dispensado pela sub-região para a extirpação dos últimos redutos coloniais nela localizadas. Com efeito, um espaço no qual se depositavam esperanças de unidade africana, de uma relação de boa vizinhança, de paz e segurança nacional e regional.

4.2. DOCUMENTOS ASSINADOS

No âmbito da sua adesão à comunidade, Cabo Verde adoptou um conjunto de medidas para concretizar a integração económica e política, sendo que no plano institucional, durante as décadas de 80 e 90, foi levada a cabo uma série de acção, visando integrar na ordem interna diversas resoluções e protocolos adicionais emanados das instâncias da CEDEAO, designadamente:

- O que Ratifica o Protocolo sobre a Livre circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento da CEDEAO, assinado em Dakar, em Maio de 1979;
- O que ratifica o Protocolo adicional relativo à emenda do artigo 4º do Tratado da CEDEAO;
- O que Ratifica o Protocolo relativo ao Código de Cidadania da CEDEAO, 1985;
- O que Ratifica o protocolo adicional relativo à modificação dos artigos 4º e 9º do tratado da CEDEAO respeitantes às instituições da comunidade e às comissões técnicas especializadas;
- O que ratifica o Protocolo adicional relativo à modificação do artigo do Tratado da CEDEAO sobre o Orçamento da Comunidade;
- O que Ratifica o Protocolo adicional, modificando as disposições do artigo 7º do Protocolo 1/79 sobre a circulação de pessoas, direito de residência e de estabelecimento da CEDEAO 1991;
- O que Ratifica o Protocolo adicional relativo ao código de conduta para aplicação do protocolo sobre a livre circulação de pessoas e o direito de residência e de estabelecimento da CEDEAO 1991;
- O que Ratifica o Protocolo adicional relativo à terceira etapa (Direito de Estabelecimento) do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas da CEDEAO 1991;
- O que aprova, para efeitos de ratificação, o Tratado Revisto da CEDEAO 1995;
- O que cria a Embaixada da República de CV junto da CEDEAO 1999;
- O que aprova, para ratificação, o Protocolo relativo ao Parlamento da CEDEAO, 4 de Fevereiro de 2002;
- O que aprova para ratificação, o Protocolo relativo ao Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC), 2005.

4.3. VANTAGENS DA ADESÃO

O nosso entendimento nesta matéria é de que a nossa integração na sub-região traz para Cabo Verde, logicamente, tantas vantagens como desvantagens. Da pesquisa

realizada tendo por um lado como pano de fundo a opinião dos nossos entrevistados e por outro, dados nacionais concretos, concluímos que as vantagens da adesão do país à CEDEAO são de vária ordem.

A nível político essa adesão é duplamente vantajosa, na medida em que, se por um lado representa um desejo expresso de Cabo Verde participar da integração africana, respondendo ao ideal dos grandes líderes africanos, de criar uma unidade africana e de afirmação de uma identidade nacional, por outro, trata-se de uma medida política que nos permite a nível da nossa sub-região adoptar uma estratégia de defesa e de segurança, baseando-se numa perspectiva sistémica; neste particular, há que ter em conta que actualmente, nenhum Estado, seja ele grande ou pequeno, consegue, por si só, enfrentar as ameaças emergentes (tráfico de pessoas, armas e drogas, criminalidade organizada e os crimes conexos) e os problemas sociais cada vez mais complexos das sociedades contemporâneas, e particularmente, da sub-região (ONU, 2008);

Segundo o nosso entrevistado, Gilberto Alves³⁶, esta realidade interpela e aumenta a responsabilidade de todos os Estados de Direito Democrático em estabelecer a cooperação internacional de forma a melhor contribuir para construção da segurança do planeta, enquanto um bem público global, o que exige naturalmente mais democracia, mais respeito pelos direitos humanos, mais boa governação em África.

Cabo Verde, consciente das suas especificidades e limitações de um micro Estado insular, tem sabido agir com sapiência de um verdadeiro "*smart state*", servindo-se da sua riqueza maior que é sua localização geográfica estratégica, na encruzilhada dos três continentes; o país encontra-se numa zona de confluência marítima - o terço médio atlântico - com peso estratégico e político devido à intensa circulação marítima e aérea e proximidade à costa ocidental africana. Uma localização geográfica que permite incluir Cabo Verde na classificação, segundo o Prof. Adriano Moreira³⁷, de Estado Funcional, em termos de segurança e vizinhança, enquanto sujeito internacional confiável; proporcionando a segurança não só do país, da sub-região como também, do corredor da Europa e América (existem projectos de segurança específicos da UE para a região envolvente das ilhas Canárias, que contam com a colaboração estratégica de Cabo Verde).

O factor credibilidade, a forte componente diplomática e o nosso "estar no mundo" têm ajudado o país a agarrar as "janelas de oportunidades" ou se quisermos, as "âncoras" que lhe tem surgido na arena internacional, nomeadamente a sua ascensão de PMA

³⁶ Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento da Direcção Nacional da Polícia Nacional; Secretário Executivo da Comissão Nacional de Luta contra as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre.

³⁷ Mencionado por Manuel A. Rosa in Os Estados Nações e o Desafio de integração regional da África do Oeste. O caso de Cabo Verde (2008).

para categoria de PDM, a sua eleição como membro da OMC e também o facto de ter estabelecido uma parceria especial com a UE, o que abre caminhos para estabelecer parcerias com os grandes países emergentes como a China, a Índia, o Brasil, sendo benéfica tanto para Cabo Verde como para a sub-região.

A nível económico, se tivermos em conta a reduzida dimensão do mercado nacional, o que traduz numa limitada atractividade para instalação de indústrias e de investimentos, a integração de Cabo Verde na sub-região é sem dúvida vantajosa, na medida em que estando inserido e tendo acesso a um vasto e alargado mercado, com a dimensão da CEDEAO, proporciona uma economia de escala e aumenta os argumentos para atrair os investimentos. Pois, os investidores têm menos ou pouco interesse pelos mercados pequenos, dado que os mercados fragmentados não são rentáveis.

A dimensão regional constitui um trunfo para atrair e rentabilizar financiamentos externos (CSAO/OCDE e CEDEAO, 2009). E qualquer investidor verá muito mais interesse num Cabo Verde regionalmente inserido e activo do que num arquipélago fechado sobre a sua pequenez, daí que encerra valor negocial para Cabo Verde, na opinião do nosso entrevistado José Livramento.³⁸

A África do Oeste é rica na sua diversidade e património culturais, tal como é rica na abundância artística e cultural que a caracteriza, constituindo assim uma grande riqueza, que se bem aproveitado, pode facilitar o diálogo político e a chegada de consensos, no âmbito da integração, numa região onde existe uma multiplicidade de etnias e dividida entre as religiões cristã e muçulmana.

A acção de um conjunto de Estados é a via mais indicada do que a de um país isolado (CSAO/OCDE/CEDEAO, 2009).

No entanto, para o nosso entrevistado André C. Tolentino, o reconhecimento de Cabo Verde na cena internacional deriva não somente da sua pertença à comunidade, mas também, da capacidade nacional de ter e assumir posições genuínas, credíveis e em conformidade com os valores e princípios universalmente aceites, nomeadamente através de deliberações da ONU.

4.4. DESVANTAGENS DA ADESÃO

O fraco conhecimento que os cabo-verdianos têm da nossa sub-região, por um lado, e por outro a insuficiência de diálogo sistemático entre investigadores e decisores, que possibilite a tomada de decisões em matéria de integração regional, com base em estudos

³⁸ Membro das Comissões Permanentes e Política do MpD.

científicos, constituem dois pontos negativos no âmbito da nossa adesão, apontados pelos nossos entrevistados (ver anexo 2).

Porém, existe uma questão preocupante: o surgimento do fenómeno imigração em Cabo Verde e a ausência de práticas e políticas cabo-verdianas, neste domínio. Segundo Cabral e Furtado (2008), o país tornou-se um local de destino de uma grande quantidade de imigrantes oriundos de outros países africanos como Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e outros, em que se tem evocado como causas, tanto factores exógenos como endógenos.

Se por um lado, o cenário de crises económicas e conflitos geradores de dificuldades em alguns países africanos, faz com que se aumente os fluxos migratórios de pessoas em busca de melhores condições de vida, por outro, há que se destacar que Cabo Verde nos últimos tempos tornou-se um país atractivo, não só como rota para os grupos migratórios atingirem mais facilmente a Europa ou a América do Norte, mas também como destino por se tratar de país sem conflito e economicamente promissor.

É consensual, que Cabo Verde durante muito tempo esteve virado para a emigração, (sem querer dizer que tal fenómeno ainda não se verifique, pois faz parte do quotidiano do cabo-verdiano) para a qual desenvolveu políticas e práticas. Mas a imigração é um fenómeno novo, para o qual ainda se está a desenvolver instrumentos legais de política pública e programas.³⁹

Portanto, a imigração por si não constitui uma desvantagem (antes pelo contrário, contribui para a reserva de mão de obra do país), mas poderá vir a ser uma potencial desvantagem se tivermos em linha de conta as limitações de Cabo Verde em termos da capacidade de absorção dos imigrantes (reduzida dimensão territorial, populacional, infra-estruturas sociais de saúde, educação, emprego) e as dificuldades naturais que advém da integração dos mesmos, que muitas vezes não se dá de modo amistoso, o que aliás, é bastante comum em qualquer lugar do mundo.

³⁹ A imigração é uma preocupação recente expressa na Resolução nº 8/2008 do Conselho de Ministros de Cabo Verde, que cria, na dependência da Ministra-Adjunta do Primeiro Ministro, a Comissão Internacional para o Estudo e Preposição das Bases da Política de Imigração.

CONCLUSÕES

Analisamos a problemática da integração regional enquanto grande desafio para o desenvolvimento do continente africano e da sub-região ocidental em particular. A nossa hipótese de partida consistiu em verificar até que ponto a integração regional constitui um fenómeno com contornos políticos, além de económicos. Uma vez feito o enquadramento teórico e o levantamento da literatura relevante, procedemos a um estudo de caso aplicado ao arquipélago de Cabo Verde, onde propusemos verificar, se a vantagem da inserção do país na CEDEAO é uma vantagem económica (como pressupõe o processo de integração económica) ou uma questão de estratégia política e de segurança. Julgamos ter havido em geral, fidelidade às hipóteses iniciais e acabámos por vê-las em geral confirmadas.

1. Admite-se que as motivações e vantagens da integração são maioritariamente de cariz económicas, passando pelo alargamento das economias nacionais e pela racionalização das trocas comerciais. Contudo, a integração regional constitui um fenómeno com contornos essencialmente políticos, na medida em que, se por um lado, o próprio conceito de integração regional, sublinha a existência de uma real vontade política por parte dos Estados em efectivar o processo de integração numa determinada região, por outro, este processo abarca objectivos políticos extremamente relevantes como a de contribuir para a coesão política, a paz e a segurança regional. O aspecto político constitui um dos grandes debates da integração regional na actualidade, e apesar de ser pouco explorado no contexto africano, revela-se fundamental para o sucesso da integração. Procurei demonstrar neste trabalho, a existência de uma articulação entre o factor político e o processo de integração regional, em África, quando a não existência de uma real determinação política por parte dos Estados, pode comprometer todo o processo. De um modo geral, os atrasos no processo de integração regional em todas as partes de África são evidentes. Com uma experiência de integração de mais de quarenta anos, e uma performance de comércio intra-regional inferior a 10%, o processo de integração no continente tem ainda longo caminho a percorrer e apresenta fortes desafios no domínio da liberalização do comércio. Situação que se agrava com a multiplicidade e sobreposição dos esquemas regionais, que se

caracteriza pelo chamado paradigma "*spaghetti bowl*". No caso da CEDEAO, há uma diferença muito grande quando se compara os objectivos estipulados e a realidade dos factos. Criada inicialmente para promover a integração e cooperação económica, paradoxalmente, foi no campo político onde esteve mais activo, e a criação da ECOMOG para ajudar a resolução de conflitos e inquietações políticas na região, a preocupação com a questão da paz, segurança e boa governação, é prova disso eloquente.

2. Olhando para trás pode dizer-se que os objectivos económicos ficaram muito aquém do idealizado e, no domínio da liberalização das trocas, apesar de se ter tornado numa Zona de Comércio Livre desde 1 de Janeiro de 2000, na prática ainda persistem obstáculos de natureza tarifária e não tarifária, dificultando as trocas intra-regionais e a livre circulação de pessoas. Isto decorrente da fragilidade económica dos Estados membros, uma vez que temem perder a principal fonte de recursos de que dispõe e pelo risco embutido de deficit na balança comercial. O processo de implementação do TEC da CEDEAO através da generalização a toda comunidade do TEC da UEMOA, que era previsto entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2008, acusa atrasos por parte de alguns países. Os atrasos neste processo que requer medidas de ajustamento progressivo e estudos de impactos, comprometem as condições necessárias para a concretização de uma União Aduaneira. De igual modo, o projecto de criação de uma zona monetária única na África do oeste através da criação de uma segunda zona monetária (ZMAO) que seria fundida com a da UEMOA na zona monetária única, dado inicio em Dezembro de 1999, acusa também atrasos significativos. Segundo a PANA, a união monetária da CEDEAO só será lançada em 2020 com a criação do banco central da CEDEAO e com a colocação em circulação da moeda única, alguns anos após a criação e lançamento da união monetária da ZMAO, que vai completar o da UEMOA.
3. Admite-se também, que a integração regional e a União Africana foram elementos constitutivos da nossa política externa desde a independência porque cedo compreendemos que a solidariedade dos outros países africanos era indispensável para a consolidação da nossa novel soberania e para preservarmos os nossos primeiros passos na arena internacional. A CEDEAO por seu turno, sempre constituiu um palco de referência na nossa política externa, tendo neste âmbito, feito integrar no nosso ordenamento jurídico um conjunto de convenções, designadamente, sobre a livre circulação de pessoas e bens.

4. Com base na nossa investigação, que teve por um lado, como pano de fundo a opinião dos nossos entrevistados, personalidades que estão intimamente ligadas à problemática estudada, e por outro, dados nacionais concretos, analisamos todo processo de adesão de Cabo Verde à CEDEAO onde ficamos a perceber melhor a natureza da sua adesão. Constatamos que, apesar de ter subscreto o tratado de adesão em 1977, Cabo Verde só passou a ser membro de pleno direito em 1984, com a deposição do documento ratificado em 1981. Foi uma adesão plena, sem qualquer restrição. Tendo sempre a ressalva do art. 68 da carta de Abuja, que prevê algumas prerrogativas aos Estados insulares.
5. Parece oportuno, neste momento, referirmos aos propósitos da criação da OUA, com a finalidade de materializar o projecto político de construção da unidade do continente, idealizado por alguns líderes africanos, donde surge também a criação da comunidade do qual Cabo Verde faz parte. Assim, em tese, as motivações que estiveram na base da adesão de Cabo Verde, não podiam ser de modo algum diferente daquelas que perseguem a própria organização de que faz parte, cuja concordância é a condição mínima para adesão.
6. Apesar do intuito de proporcionar a cooperação e integração regional, a CEDEAO teve uma motivação mais de índole política do que económica, mais unidade africana do que integração de mercados, mais solidariedade do que competição com outros espaços económicos propriamente ditos, e conforme vimos anteriormente, a realidade nos tem demonstrado que foi no campo político que mais a comunidade se tem actuado.
7. Um dos resultados mais claros da nossa investigação é que as motivações iniciais da adesão de Cabo Verde têm por base propósitos políticos, pois o próprio contexto histórico e político em que surgiu o Estado de Cabo Verde justificava uma integração baseada em pressupostos, ainda que meramente geográficos e de reconhecimento pelo apoio dispensado pela sub-região para a extirpação dos últimos redutos coloniais nela localizadas. Com efeito, um espaço no qual se depositavam esperanças de unidade africana, afirmação de uma entidade comum, uma relação de boa vizinhança de paz e de segurança nacional e regional.
8. O resultado da nossa investigação permite-nos afirmar que a integração de Cabo Verde na CEDEAO traz para o país tantas vantagens como desvantagens. Quanto a este último, consideramos que o fraco conhecimento que os cabo-verdianos têm ainda hoje da nossa sub-região, e a insuficiência de

diálogo sistemático entre investigadores e decisores, que possibilite a tomada de decisões em matéria de integração regional, constituem pontos negativos da adesão. Existe uma questão preocupante, que não constitui por si uma desvantagem, mas que poderá vir a ser uma potencial desvantagem: o surgimento do fenómeno imigração em Cabo Verde, e a ausência de práticas e políticas cabo-verdianas neste domínio. Segundo Cabral e Furtado (2008), o país tornou-se um local de destino de uma grande quantidade de imigrantes oriundos de outros países africanos como Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e outros, em que se tem evocado como causas, tanto factores exógenos como endógenos. Se por um lado, o cenário de crises económicas e conflitos geradores de dificuldades em alguns países africanos, faz com que se aumente os fluxos migratórios de pessoas em busca de melhores condições de vida, por outro, há que se destacar que Cabo Verde nos últimos tempos tornou-se um país atractivo, não só como rota para os grupos migratórios atingirem mais facilmente a Europa ou a América do Norte, mas também como destino por se tratar de país sem conflito e economicamente promissor. É consensual, que Cabo Verde durante muito tempo esteve virado para a emigração, (sem querer dizer que tal fenómeno ainda não se verifique, pois faz parte do quotidiano do cabo-verdiano) para a qual desenvolveu políticas e práticas. Mas a imigração é um fenómeno novo, para o qual ainda se está a desenvolver instrumentos legais de política pública e programas. Portanto, a imigração por si não constitui uma desvantagem (antes pelo contrário, contribui para a reserva de mão de obra do país), mas poderá vir a ser uma potencial desvantagem se tivermos em linha de conta as limitações de Cabo Verde em termos da capacidade de absorção dos imigrantes (reduzida dimensão territorial, populacional, infra-estruturas sociais de saúde, educação, emprego) e as dificuldades naturais que advém da integração dos mesmos, que muitas vezes não se dá de modo amistoso, o que aliás, é bastante comum em qualquer lugar do mundo.

9. Conseguimos estimar que as vantagens são de vária ordem: a nível político essa adesão é duplamente vantajosa, na medida em que representa um desejo expresso de Cabo Verde participar da integração africana, respondendo ao ideal dos grandes líderes africanos, de criar uma unidade africana e de afirmação de uma identidade nacional, por outro trata-se de uma medida política que nos permite a nível da nossa sub-região adoptar uma estratégia de segurança, baseando-se numa perspectiva sistémica, tendo em conta que actualmente nenhum Estado, seja ele grande ou pequeno consegue por si só

enfrentar as ameaças emergentes (tráfico de pessoas, armas e droga, criminalidade organizada e os crimes conexos) e os problemas sociais cada vez mais complexos nas sociedades contemporâneas, e particularmente, da sub-região. Segundo Adriano Moreira, a localização estratégica de Cabo Verde permite incluir o país na classificação de Estado funcional em termos de segurança e vizinhança enquanto sujeito internacional confiável, proporcionando a segurança não só do país, da sub-região como também do corredor da Europa e América (existem projectos de segurança específicos da União Europeia para a região envolvente das ilhas Canárias que contam com a colaboração estratégica de Cabo Verde).

10. Como última nota conclusiva, realça-se que Cabo Verde tem muito a ganhar por estar inserido numa região muito rica na sua diversidade e património culturais e abundância artística, o que constitui uma riqueza, que se bem aproveitado pode facilitar o diálogo político e a chegada de consensos, no âmbito da integração. Inserido numa região tão vasta e gozando da sua capacidade nacional de ter e assumir posições genuínas, credíveis e em conformidade com os valores e princípios universalmente aceites, nomeadamente através de deliberações da ONU, contribui para o seu melhor visionamento na cena internacional.

A nível económico, se tivermos em conta a reduzida dimensão do mercado nacional, o que traduz numa limitada atractividade para instalação de indústrias e de investimentos, a integração de Cabo Verde na CEDEAO é sem dúvida vantajosa, na medida em que estando inserido e tendo acesso a um vasto e alargado mercado, com a dimensão da CEDEAO, proporciona uma economia de escala e aumenta os argumentos para atrair os investimentos. Contudo, da análise feita à estrutura de comércio externo de Cabo Verde, constatamos que os ganhos económicos ao fim de mais de trinta anos de adesão à comunidade, não são tão significativos quanto parecem ou deveriam ser, pelo menos a nível das transacções comerciais, já que integração significa que fossem identificadas "nichos" de mercados para o intercâmbio de bens e serviços. Neste domínio, os dados concretos apontam para resultados praticamente marginais, para não dizer nulos, quando a participação da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde não ultrapassa 1% nos últimos anos e sem perspectivas encorajadoras. Existe pouca complementaridade entre as economias da sub-região, o que faz com que Cabo Verde não encontre os principais produtos que precisa no mercado sub-regional, e o predomínio da Europa como o principal parceiro comercial de Cabo Verde, sendo responsável

em 2008, por cerca de 88.5 e 80.6% das exportações e importações totais do país, respectivamente.

11. A investigação realizada nos permitiu alcançar um melhor conhecimento e uma consciência mais apurada do fenómeno da integração regional em África e na sub-região Oeste africana em particular. Quanto à permanência na comunidade, o Governo de Cabo Verde está ciente de que a desintegração iria fragilizar os mecanismos de defesa do país no plano regional, continental e africano, expondo as suas fragilidades face às ameaças que se assumem hoje num mundo global, quando devem ser mobilizados meios e parcerias diversas para a sua melhor prevenção. Assim, Cabo Verde deve estar atento ao que lhe mais interessa no menu da integração e relacionamento que lhe é dado a escolher. Neste sentido, o país tem reforçado a sua acção diplomática junto da comunidade, visando não só reforçar as trocas comerciais com a sub-região, mas também, promover uma participação mais activa no quadro geral da CEDEAO: a escolha do país para sediar o Centro Regional das Energias Renováveis e Eficiência Energética; a criação e já inaugurada de uma nova companhia aérea cabo-verdiana que faz ligação com os países da sub-região, a criação do Instituto da África Ocidental sediada na capital do país, e o desejo manifesto de Cabo Verde vir a ter um comissário na próxima direcção da comunidade ou mesmo de vir a presidir a instituição, certamente darão um novo ímpeto à participação de Cabo Verde e uma nova força ao processo de integração e de desenvolvimento do país e da sub-região. São várias as vertentes de análise que esta temática, tão aliciante como complexa, insinua e, que o limitado tempo e dimensões do trabalho, não permitiram aprofundar.

BIBLIOGRAFIA

Livros

BACH, C. D. (1999). Regionalisation in Africa. Integration & Disintegration. Ed. James Currey, Indiana;

CABRAL, I. e Furtado, C. (2008), Os Estados-Nação e o Desafio de Integração Regional da África do Oeste. O caso de Cabo Verde. Praia;

FERREIRA, M. E. (2005). Integração Económica em África: Poder e Identidade, in: O Racismo, Ontem e Hoje, CEAUP/FL Universidade do Porto;

GRASSI, Marzia (2003), Rabidantes – Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Imprensa de Ciências Sociais, Spleen Edições;

LAVERGNE, R. (1996). Intégration et Coopération Régionales en Afrique de l'Ouest. Éditions KARTHALA et CRDI;

MEDEIROS, E. R. De. (2008). Evolução e Tendências da Integração Económica Regional. Livraria Petrony;

SILVEIRA, O. (2005). A Democracia em Cabo Verde. Edições Colibri;

TRINDADE, P. J. A, (2006). Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/UTL), Lisboa;

TORRES, A., (1999). Horizontes do Desenvolvimento Africano: no Limiar do séc. XXI, 2ª Edição, Lisboa, VEGA;

TORRES, A., (1997). Mercados e Desenvolvimento em África: Lógicas e Desafios num contexto de Globalização, in: VENÂNCIO, José Carlos (coord.), O Desafio Africano, Edições VEGA;

VENÂNCIO, José Carlos, (1997). O Desafio Africano. Edições VEGA;

Artigos

ADENIKINJU, A. and B. ALABA (2005). "EU/ACP Partnership Agreements: Implication for Trade and Development in West Africa". Department of Economics, University of Ibadan, Nigeria;

FILHO, P. (2008). ECOWAS e SADC – África Ocidental e Austral: Integração Económica Regional e Instabilidade Política;

HIEMENZ, U. e Rolf J. (1990). Regional Integration among Developing Countries: Opportunities, Obstacles and Options. Tübingen: Mohr. (Kieler Studien (232);

MARTÍNEZ, J. (2006). África y la integración económica regional: Los procesos de integración económica en África Subsahariana, Cuba. La Habana;

MORE, R. F. (1998). Integração Económica Internacional. Alçadas;

TORRES, Adelino. (1993). Integração Regional em África e multilateralismo. Integração regional versus GATT? Documento de Trabalho nº 26. Lisboa, CESA;

United Nations (2007). Trade and Development Report. Cap. IV – Regional cooperation and trade integration among developing countries;

Relatórios

AfDB - African Development Bank, (2009). Statistics Pocketbook. Volume XI;

AfDB - African Development Bank, (2009). African Statistical Yearbook;

CSAO/OCDE e CEDEAO (2009). Cadernos da África Ocidental. Perspectivas Oeste-africanas. Recursos para o Desenvolvimento;

INE-Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2007). Apresentação dos Resultados Definitivos das Contas Nacionais.

OECD (2009). African Economic Outlook;

ONU (2008). Relatório sobre "Tráfico de Droga como uma Ameaça à Segurança na África Ocidental". Escritório sobre Drogas e Crimes;

União Africana (2009), Situação da Integração em África (SIA). 2ª Edição;

United Nations (2009). Economic Development Report in Africa: Strengthening Regional Economic Integration for Africa's Development;

Periódicos

AICEP Portugal, (Março/Junho de 2009). Mercados. Informação global. Cabo Verde
Ficha de Mercado;

KOSLER, A. e VOGL, M. (March 2009). Regional Integration Observer. Center for European Integration Studies. Rheinische Friedrich-Wilhelms - Universität Bonn. Vol. 3. No. 1.

KOSLER, A. (April 2008), Regional Integration Observer. Center for European Integration Studies. Rheinische Friedrich-Wilhelms - Universität Bonn. Vol. 2. No. 1.

The Economist Intelligence Unit, (April/ January 2009). Country Report Cape Verde;

Legislação Consultada

BOLETIM OFICIAL DE CABO VERDE, nº 9, I Série. Resolução nº 8/2008 de 3 de Março de 2008. Conselho de Ministros.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Lei Constitucional n.º1/V/99 de 23 de Novembro.

SECRETARIAT EXECUTIF DE LA CEDEAO (1993), Traite Révisé, Chapitre XIII, Article 68 "Etats Insulaires et Sans Littoral". Abuja, Nigéria.

Algumas Páginas Web de Interesse (por ordem alfabética)

www.africa-union.org

www.africaneconomicoutlook.org

www.alfandegas.cv

www.afdb.org

www.asemana.cv

www.babylon.com

www.bcv.cv

www.ecowas.int

www.eiu.com

www.governo.cv

www.inforpress.cv

www.ine.cv

www.incv.gov.cv

www.panapress.com

www.portondinosilha.cv

www.priberam.pt

www.stanford.edu

www.unctad.org

www.un.org

www.worldbank.org

www.uneca.org

ANEXOS

ANEXO 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

O presente questionário está inserido no trabalho final de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no Instituto Superior de Economia e Gestão. Pretende-se compreender a natureza efectiva e utilidade da pertença de Cabo Verde à CEDEAO. Para isso será necessário, apurar e identificar as motivações, as condições, as vantagens e implicações da adesão de CV à CEDEAO. De notar que os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito da pesquisa académica realizada, com o único propósito de confrontar as diversas opiniões com as teorias existentes sobre o assunto.

- 1) Quais as principais motivações que estiveram na base da adesão de CV à CEDEAO?
- 2) Quais foram as condições da adesão? CV aderiu na íntegra ou existem restrições? Quais as áreas abrangidas pelas regulações da CEDEAO e os principais documentos assinados?
- 3) Quais as vantagens e as desvantagens desta adesão para CV, nos vários domínios, económico, político, cultural, e a verdadeira utilidade da pertença do país à sub-região? Trata-se de uma vantagem económica, securitária ou de mero reconhecimento internacional?
- 4) Quais as consequências da livre circulação de pessoas e do tráfico de droga para a segurança do país? Qual a dimensão deste fenómeno, e quais as possíveis soluções para amenizar as consequências?
- 5) Qual a evolução e importância relativa do comércio entre CV e os países da sub-região, desde a sua integração na comunidade, e o comércio do país com o resto do Mundo (União Europeia)?
- 6) Tendo em conta a posição geoestratégica de CV entre os três continentes, em que moldes/aspectos CV representa um ponto de segurança para a sub-região e para o corredor da Europa?
- 7) Qual a posição do país em termos estratégicos? Se CV se mantiver na CEDEAO, que papel pode desempenhar no futuro dentro da comunidade?
- 8) CV tem outras alternativas de integração ou não? Com que olhos vê a parceria especial com a União Europeia?

Obrigado pelo seu Contributo!

ANEXO 2 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

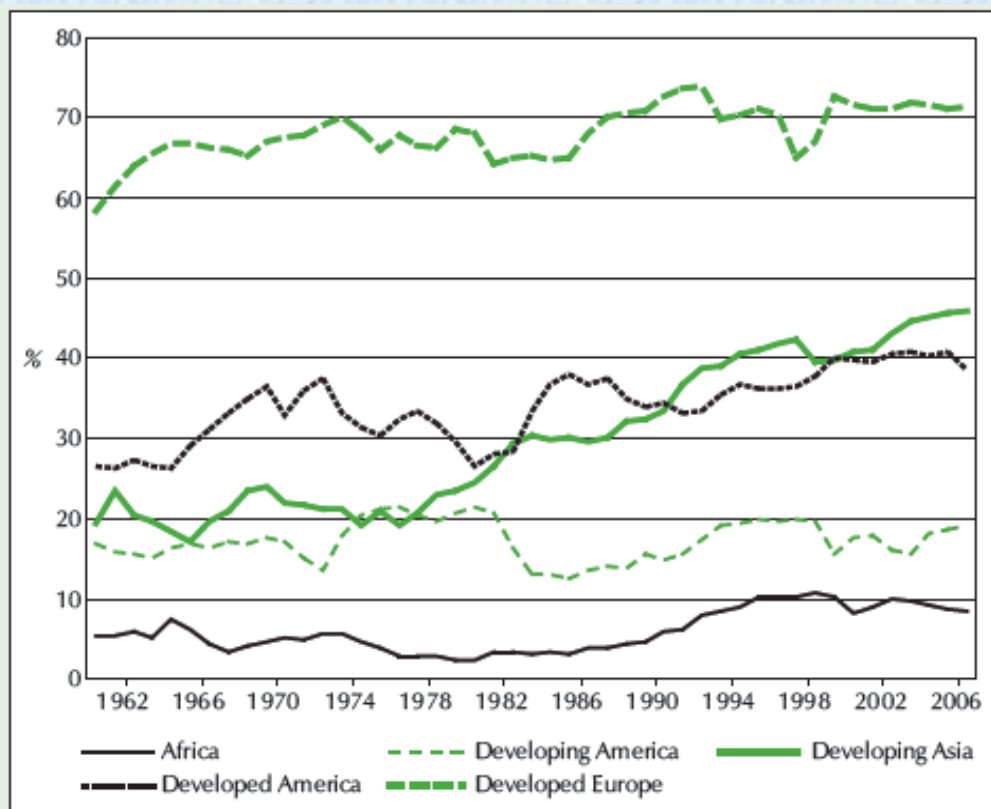
Adesão de Cabo Verde a CEDEAO				
	Categorias	Indicadores	Frequência	%
Motivações que estiveram na base da adesão	A ideologia da Unidade Africana	"em tese, as motivações que estiveram na base de adesão de Cabo Verde a CEDEAO não podiam ser de modo algum diferente daquelas que perseguem a própria organização de que faz parte, cuja concordância é condição mínima para a adesão"	3	75%
	Afirmção de uma identidade comum	"a integração regional como imperativo para afirmar identidade nacional, ganhar escala e pesar nas relações internacionais de segundo nível, a caminho da globalização de rosto humano"	3	75%
	No entanto, possui um sentido muito mais profundo	"podemos encontrar a sua justificação na estratégia da defesa dos interesses das diferentes comunidades Cabo-verdianas na nossa sub-região e ainda na necessidade de adopção de uma política de boa vizinhança, construída com base em diálogo, paz, segurança e desenvolvimento nessa sub-região"	1	25%
As condições de adesão, áreas abrangidas e documentos assinados	Plena adesão	"Cabo Verde aderiu ao Tratado da CEDEAO de 1975 revisto em 1993 sem restrições"	4	100%
	Áreas abrangidas	"as áreas vão da circulação e estabelecimento de pessoas ao comércio, moeda, transportes e comunicações, energia e conhecimento"	4	100%
	Documentos assinados	"os principais documentos são o Tratado de 1975 revisto em 1993 e uma grande série de Protocolos, Acordos e Regulamentos aos quais se pode aceder através da Internet"	4	100%
Vantagens da adesão	Política	"vantagem política por representar um desejo expresso de Cabo Verde participar no processo de integração africana (...)"	4	100%

	Segurança e Paz	"se trata de uma medida política que nos permite a nível da nossa sub-região adoptar uma estratégia de defesa e de segurança, baseando-se numa perspectiva sistémica; (...)"	4	100%
	Económica	"redução das limitações de CV em termos de economias de escala: a instalação de indústrias em CV é limitada pela pouca atractividade como pequeno mercado, mas o enquadramento num mercado mais vasto como a CEDEAO, pode-se traduzir na melhoria de argumentos para atrair investimentos"/ "na mesma lógica, este enquadramento encerra valor negocial junto de instituições como a UE , ameaçada, na suas fronteiras ultra-periféricas, por acções ilícitas como tráfico de droga e de pessoas".	4	100%
	Reconhecimento internacional	-----	0	0
	Cultural	"em África existe uma grande diversidade cultural, o que, bem aproveitado, não deixa de representar uma grande riqueza para o continente"/ "A harmonização de políticas de educação, saúde, para a infância e a juventude ainda no domínio da cultura podem constituir uma vantagem..."	2	50%
Desvantagens da adesão	Especificidades próprias de Cabo Verde	"o fraco conhecimento que os CV têm da nossa sub-região"/ "a nossa maior desvantagem é a insuficiência de diálogo sistemático entre investigadores e decisores, por conseguinte a falta de base científica, das decisões em matéria de integração regional"	2	50%
Consequências da livre circulação de pessoas e soluções para o fenómeno	Cabo Verde ponto de trânsito de droga	"a questão de tráfico de droga, de armas e de pessoas para a segurança do país é um problema comum da sub-região, quiçá do continente e do próprio mundo"	3	75%
	Tomada de medidas por parte das	"o combate ao tráfico de droga deve merecer toda a atenção das autoridades CV que devem promover parcerias com outros	1	25%

	autoridades	Estados com vista ao combate ao narcotráfico e à fiscalização das nossas águas"		
Evolução e importância relativa do comércio Cabo Verde/CEDEAO	Economias pouco complementares e diversificadas	"o fraco desenvolvimento dos Estados da CEDEAO que são essencialmente exportadores de matérias primas agrícolas e minerais faz com que CV normalmente não encontre os produtos de que tem necessidade na sub-região". O comércio com a sub-região é ínfimo. O comércio intra-sub-regional não ultrapassa os 10%. E a relação comercial de Cabo Verde com o resto do Mundo é superior a 90%".	3	75%
	O pequeno comércio	"o comércio entre CV e os países da sub-região desde a sua integração não nos parece ser tão intenso; ele é mais notório a nível do pequeno comércio, que consiste na ida dos comerciantes CV aos países da CEDEAO (Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau etc.), onde fazem as suas compras predominantemente vestuários e cosméticos e voltam ao país para os vender"	1	25%
Em que moldes Cabo Verde representa um ponto de segurança para a sub-região e para o corredor da Europa	Constitui uma zona tampão	"a sua posição geoestratégica garante a ligação entre África, América e Europa; joga um papel fundamental em termos de comunicação em tempo recorte a intenção dos grupos criminosos organizados; CV é parceiro importante do ponto de vista da segurança para a sub-região e para o corredor da Europa, precisamente porque, para além das valências naturais atrás mencionadas, as suas instituições da república caracterizam-se pela integridade, seriedade institucional e pureza dos seus funcionários"	4	100%
Papel de Cabo Verde dentro da CEDEAO no futuro	Papel de aproximação entre Estados da CEDEAO/UE e outros	"tendo uma localização estratégica a todos os níveis, Cabo Verde pode desempenhar um papel importante na aproximação entre os Estados da CEDEAO	2	50%

		e a UE ou com os EUA. As excelentes relações de Cabo Verde com outros estados também podem ser aproveitadas pela CEDEAO"		
	Contribuir para o bem do país, da África e do Mundo	" Cabo Verde deve dar o melhor que puder em defesa do interesse comum e próprio. Além de contribuir com experiência de único pequeno Estado insular da sub-região, os indicadores positivos de desempenho nos domínios da educação, saúde, estabilidade política, liberdade, democracia e economia apontam para uma acção racional e eficaz a bem de Cabo Verde, África e Mundo"	2	50%
Outras alternativas de integração para Cabo Verde	A sua condição natural orienta sua política externa	"essa nossa condição, que é natural orienta a nossa política externa; somos uma nação aberta e como tal, as nossas relações externas são também abertas a todos os Estados de direito democrático; isto significa que Cabo Verde deve ambicionar naturalmente em integrar em simultâneo vários espaços e regiões: CEDEAO, EUA, UE, CPLP, regiões ultraperiféricas atlânticas das Canárias, Açores e Madeira, etc."	2	50%
	Cabo Verde não teve alternativa	"assim como Portugal não teve alternativa à UE, Cabo Verde não tem alternativa a si próprio e à África. Pela Geografia, História, Cultura e Migração, é o único na sub-região e no potencial de iteração com as ilhas da Macaronésia e as regiões da Europa e da América.	1	25%

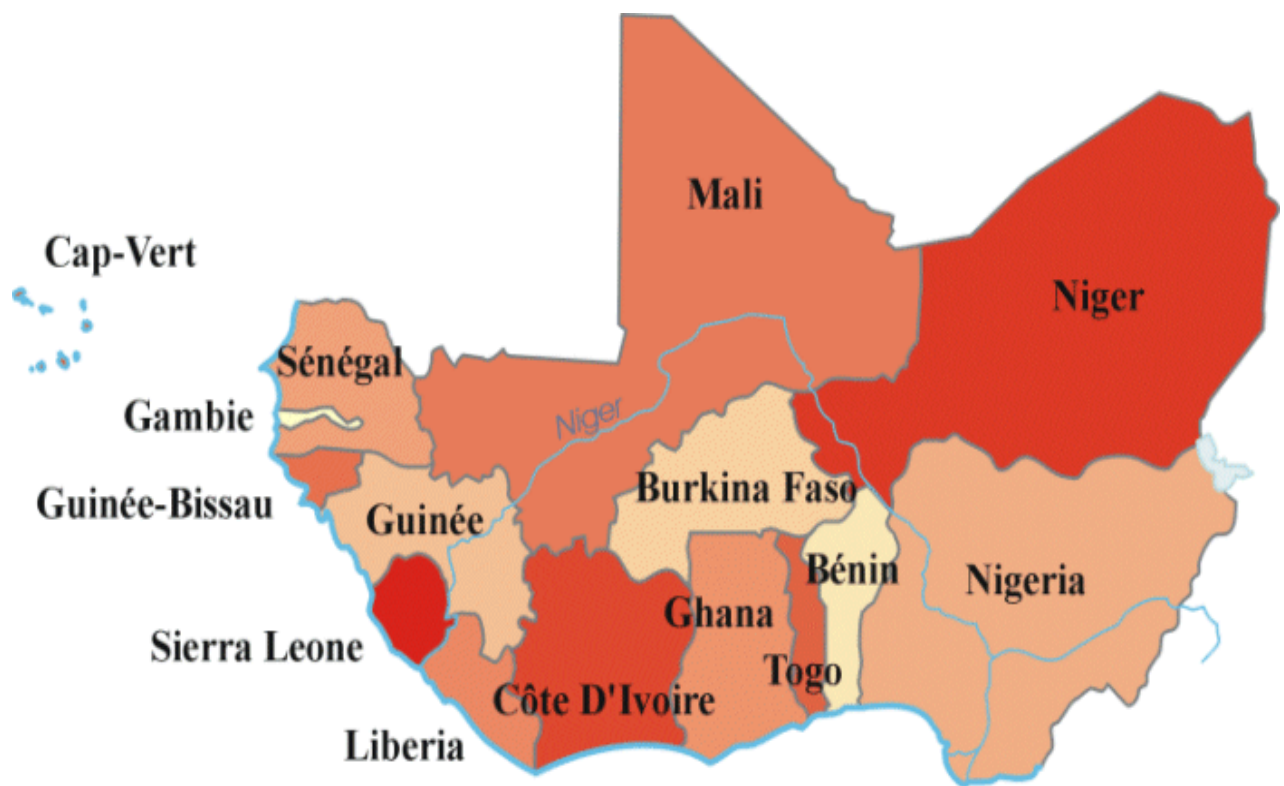
ANEXO 3 - EXPORTAÇÕES INTRA-REGIONAIS COMO PROPORÇÃO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS, 1960-2006



Fonte: Economic Development in Africa Report (2009).

Retirado de UNCTAD 2008

ANEXO 4 - O ESPAÇO CEDEAO



www.ecowas.int

ANEXO 5 - A CENTRALIDADE ATLÂNTICA DE CABO VERDE



ANEXO 6 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DE CABO VERDE 2001-2008 (UNIDADE MIL CONTOS)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Evolução ⁽¹⁾
Exportação Nacional	1201	1239	1216	1347	1575	1833	1552	2668	71.9
Reexportação	1626	1555	3548	5021	6397	7956	7850	11158	42.1
Importação	30519	34238	34632	38475	38911	47565	60119	62191	3.4
Balança Comercial ⁽²⁾	-29318	-32999	-33416	-37128	-37336	-45732	-58566	-59523	1.6
Taxa de Cobertura ⁽²⁾	3.9	3.6	3.6	3.5	4	3.6	2.6	4.3	—

Nota: (reexportação) - exportação de um território de mercadorias já importadas anteriormente; (taxa de cobertura) - mostra-nos a % das importações que é coberta pelas exportações. Define-se pelo quociente entre as exportações e as importações.

Fonte: INE

ANEXO 7 - ARTIGO 68: ESTADOS MEMBROS INSULARES E SEM LITORAL

CHAPITRE XIII

ARTICLE 68 ETATS MEMBRES INSULAIRES ET SANS LITTORAL

1. Les Etats Membres, tenant compte des difficultés économiques et sociales que pourraient connaître certains Etats Membres et particulièrement les Etats Membres insulaires et sans littoral, conviennent d'accorder, au besoin, à ces Etats un traitement spécial en ce qui concerne l'application de certaines dispositions du présent Traité et de leur apporter toute autre assistance nécessaire.

Fonte: Tratado Revisto da CEDEAO.

ANEXO 8 - TRATADO DE ABUJA

O Tratado de Abuja prevê a criação da Comunidade Económica Africana mediante um processo gradual baseado no fortalecimento, na harmonização progressiva e finalmente, na integração das REC.

- a) Será implementado em 6 etapas
- b) Durará 34 anos (de 1994 a 2028)

Etapas: Objectivos e Calendarização

- 1) Reforçar as comunidades económicas regionais e criar outras quando necessário (5 anos, isto é, até 1999);
- 2) Estabilizar as tarifas e outras barreiras ao comércio regional e reforçar a integração sectorial, nomeadamente ao nível do comércio, agricultura, finanças, transportes e comunicações, indústria e energia, bem como ainda coordenar e harmonizar as actividades das comunidades regionais (8 anos, isto é, até 2007);
- 3) Estabelecer uma área de comércio livre e uniões aduaneiras em cada uma das comunidades regionais, (10 anos, isto é, até 2017);
- 4) Coordenar e harmonizar o sistema tarifário e não tarifário entre as comunidades regionais, com vista ao estabelecimento de uma União Aduaneira Continental (2 anos, isto é, até 2019);
- 5) Estabelecer um Mercado Comum Africano e adoptar políticas comuns (4 anos, isto é, até 2023),
- 6) Integrar todos os sectores, estabelecer um Banco Central e uma moeda única africanas, edificando uma União Económica e Monetária Africana e criando e elegendo o primeiro Parlamento Panafricano (5 anos, isto é, até 2028).

Fonte: UNECA (2004).

